

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ELAINE PASSOS PEREIRA

**BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM ESTUDO
DA APLICAÇÃO DO PNBE EM UMA BIBLIOTECA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE
NITERÓI**

**Niterói
2015**



ELAINE PASSOS PEREIRA

**BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM ESTUDO
DA APLICAÇÃO DO PNBE EM UMA BIBLIOTECA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE
NITERÓI**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Área de concentração: Dimensões Contemporâneas da Informação e do Conhecimento
Linha de Pesquisa 1: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Alves Breglia

**Niterói
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

P436 Pereira, Elaine Passos

Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do município de Niterói / Elaine Passos Pereira - Niterói: [s.n.], 2015.

xx f.: il.,

Orientadora: Vera Lucia Alves Breglia

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, 2015.

1. Bibliotecas escolares – Brasil. 2. Políticas públicas. 3. Educação. 4. Biblioteconomia. 5. Ciência da Informação. I. Vera Lucia Alves Breglia. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciência da Informação. II. Título.

CDD 027.8

ELAINE PASSOS PEREIRA

FOLHA DE APROVAÇÃO

BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DO PNBE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Alves Breglia - (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Elisabete Gonçalves de Souza - (Membro Titular)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Lídia Silva de Freitas - (Membro Suplente)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Soares de Alvarenga - (Membro Titular Externo)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof^ª. Dr^ª. Hagar Espanha Gomes - (Membro Suplente)
Livre Docência

**Niterói
2015**

*Ao meu pai, por tudo que me ensinou...
Sua lembrança estará sempre viva em meu coração e no reflexo das minhas ações.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente à Deus, pois sem o seu amparo nada posso fazer.

À minha orientadora, Profa. Dra. Vera Lucia Breglia, pela orientação e apoio fundamentais para a conclusão dessa pesquisa.

Agradeço a Dayana Lemos pela amizade, pela ajuda nas horas difíceis e por sempre me incentivar.

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram nesta caminhada.

"Um país se faz com homens e livros"

Monteiro Lobato

RESUMO

A questão principal desta pesquisa é identificar as contribuições do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para o fortalecimento da Biblioteca Escolar e a formação de leitores em uma escola da rede pública de ensino do município de Niterói. O estudo surgiu da necessidade de compreender como as diretrizes e objetivos do PNBE foram apreendidos pelos gestores e funcionários responsáveis pela biblioteca escolar. Utiliza-se como base teórica a literatura das áreas de Ciência da Informação, Educação, Políticas Públicas e Biblioteconomia. Através da aplicação de uma entrevista semi-estruturada, pretendeu-se entender o desenvolvimento do PNBE no ambiente escolar. Após a análise das respostas obtidas, elas foram comparadas com os dados levantados pela Avaliação Diagnóstica do PNBE, na expectativa de entendermos se os aspectos levantados também se aplicam em Niterói e para descobrir o que mudou desde que essa avaliação diagnóstica foi feita.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Educação. Políticas públicas. Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

ABSTRACT

The principal point of this research is to identify all the National Program School Library (PNBE's) contributions to the increasement of the School Library and the readers from public schools at the city of Niteroi. The reason why this study has started was the need to understand the PNBE's guidelines and goals and how the management of the schools deal with this terms. Information Science and Librarianship literature was used as a theoric basis of this study, besides, Education and Public Policy literature. The research instrument of this study was based on a questionnaire to gather information enough to understand how the PNBE was developed inside the school environment. After analyzing all the information gathered, we intent to figure out if PNBE was well developed and introduced inside the school environment besides. After the analysis of the responses obtained, they were compared with the data collected by the diagnostic evaluation of PNBE, hoping to understand if the issues raised also apply in Niteroi and to find out what has changed since this diagnostic evaluation was made.

Key words: School library. Education. Public Policy. National Program School Library (PNBE).

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

INL – Instituto Nacional do Livro

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNE – Plano Nacional da Educação

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICAS PÚBLICAS: A TEORIA EM DISCUSSÃO	12
2.1 AUTORES, CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	13
2.2 POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	18
3 BIBLIOTECAS ESCOLARES: OBJETIVOS, DIFERENÇAS E SIMILARIDADES	23
3.1 AS BIBLIOTECAS NO BRASIL.....	26
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	37
4 METODOLOGIA	55
5 NO CAMPO EMPÍRICO	57
5.1 O AMBIENTE DO ESTUDO: A ESCOLA MUNICIPAL HEITOR VILLA LOBOS.....	59
5.2 O TRABALHO COM OS DADOS: A TEORIA NA PRÁTICA.....	62
5.3 A ANÁLISE DOS DADOS.....	76
6 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE	89

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que forma as políticas públicas que incentivam a disseminação do livro e o aprimoramento da leitura no país, são recebidas e colocadas em prática em uma biblioteca escolar da rede pública do município de Niterói. O recorte recaiu sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, com o objetivo de promover acesso à cultura e o incentivo à leitura de alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Além disso, o PNBE constitui-se em uma das principais políticas voltadas para a Biblioteca Escolar no Brasil.

Diante de tais aspectos, surgiram alguns questionamentos: Como as bibliotecas escolares da rede pública de ensino do município de Niterói estão lidando com as políticas públicas de promoção do livro e da leitura? Quais as condições estruturais dessas bibliotecas? Como o PNBE é aceito nas escolas e qual a real importância que este programa exerce em uma biblioteca escolar?

Levando em conta essas indagações, esta pesquisa apresenta o resultado de um estudo de caso em uma biblioteca escolar do município de Niterói. Com o ideal de que a reflexão conduz a soluções, os resultados obtidos têm como objetivo gerar comentários e reflexões acerca da dia a dia de uma biblioteca escolar. Pois é necessário compreender como as políticas de incentivo são assimiladas por quem de fato as receberá.

Esse aspecto é de fundamental importância para fazer uma avaliação pautada em conhecimentos consistentes sobre a efetividade das políticas, pois por mais elaboradas que elas sejam, quando não são bem difundidas, assimiladas e postas em prática, criam brechas no entendimento de suas propostas, o que se reflete no momento da implantação e no desenvolvimento. Apesar das políticas públicas de incentivo ao livro e à leitura existirem a muito tempo em nosso país, elas estão longe do ideal, principalmente no que se refere às bibliotecas escolares.

De acordo com Goldin (2003, p.163 apud ROSA, 2006, p. 185) “uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram”. Sob esse ponto de vista, o Brasil ainda está distante do ideal em relação à implantação e avaliação das políticas

públicas, especialmente, na área cultural e educacional. A história do nosso país está repleta de leis e decretos que buscavam de alguma forma organizar e dinamizar o processo educacional autóctone, porém sem atingir o sucesso esperado. De acordo com Suaiden (2000, p. 54) todas as leis tinham seu mérito, porém equivocavam-se por não dar a devida atenção à biblioteca escolar, “[...] Apesar de contar com uma soma maior de recursos na área educacional, a biblioteca escolar nunca foi uma instituição privilegiada no referido processo”. O autor citado afirma também que “a biblioteca escolar passava despercebida no processo de ensino-aprendizagem. Falta de livros, de profissionais e de uma consciência sobre a leitura fazia a biblioteca escolar ser sempre incluída nas últimas prioridades”. Essa realidade perdurou por muitos anos e até hoje sentimos os resquícios de anos de esquecimento.

Para que as políticas de incentivo alcancem sua função social no contexto das bibliotecas escolares, é preciso que alguns pontos sejam revistos, pois não basta que os governos apenas distribuam livros. É fundamental que se dê continuidade às ações propostas nos documentos oficiais, em especial, aos planos voltados às bibliotecas escolares, como incentivo ao prazer de ler.

A Biblioteca Escolar é um recurso que deve ser valorizado, pois quando bem entendida e utilizada pode exercer grande influência nos processos educacionais. Lourenço Filho (1944, p. 4) entendia que “uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto”. Podemos inferir que a leitura é a função básica para compreensão e aproveitamento escolar. Por esse motivo, a escola que valoriza a biblioteca escolar, estimula e demonstra aos seus alunos a importância da leitura, tanto para a vida escolar, quanto para a construção do adulto leitor.

A Biblioteca Escolar quando desenvolve suas funções dentro dos padrões desejáveis, auxilia a escola na formação de um educando com capacidade de compreender as transformações sociais que o rodeiam, a formar o cidadão pensante, capaz de ler criticamente o mundo que o cerca e de se posicionar diante de suas prerrogativas. É nesse ponto que as ações políticas voltadas para o livro e a leitura nas escolas devem focar. Dar a devida importância ao

prazer de ler. As boas práticas leitoras são um dos meios de que dispomos para tentar alterar a realidade educacional no Brasil.

A relação de interdependência entre Escola e Biblioteca Escolar evidencia o inegável pertencimento desta ao ambiente da escola, pois acompanha as mudanças nas ações pedagógicas e contribui para sua apropriação/assimilação. Esta interdependência fica evidente, principalmente, em escolas tão pobres que falta até o básico. Escolas carentes, em geral, não contam com uma biblioteca e quando existe, está em uma deplorável situação. A biblioteca acompanha a realidade da instituição em que está inserida. As escolas no Brasil vivem uma dura realidade, por isso não é de se espantar quando entramos em uma, que sequer tem um ambiente destinado às práticas de leitura ou mesmo uma sala para guardar os livros didáticos. O “sonho” de ter uma biblioteca escolar acaba sendo atropelado pelas necessidades cotidianas da escola.

Criar meios de mudar essa realidade é papel de todos, tanto do Estado como da sociedade civil. No Brasil, a cada ano surgem propostas para solucionar as questões mais prementes. No entanto, um olhar mais atento ao que se coloca em pauta, não esconde o oportunismo e as circunstâncias que estão subjacentes ao discurso, uma vez que, em sua maioria refletem o momento político e social. Ao passarmos essas políticas em revista, veremos muitas políticas de governo e muito poucas políticas de Estado, fato que trouxe instabilidade e a interrupção de soluções a cada novo governo. A falta de uma política de continuidade e investimentos adequados são alguns dos desafios enfrentados pelas bibliotecas, em especial, no que se refere à Biblioteca Escolar.

A descontinuidade das políticas governamentais é um dos principais motivos para uma mudança de atitude dos atores sociais. A instabilidade que existe na manutenção dessas políticas, prejudica a sociedade como um todo. As políticas públicas fazem parte do cotidiano dos cidadãos que devem se conscientizar do poder que têm em mãos e atuar de forma responsável em prol dos seus direitos. Cada vez mais a sociedade civil, toma consciência de sua responsabilidade na busca de melhorias e medidas que reflitam suas reais necessidades. Independentemente da natureza das ações a serem empreendidas, é indispensável entender o Estado e seus instrumentos de

regulação que, na medida do possível, devem ir ao encontro dos anseios da maioria e universalizar seus benefícios.

Políticas voltadas para o livro e a leitura sempre existiram no Brasil, porém podemos verificar nas políticas mais recentes, uma forte vertente voltada à biblioteca escolar. A prova disso são as recentes medidas tomadas para o fortalecimento e disseminação desse espaço, como a Lei 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil e a elaboração de parâmetros para bibliotecas escolares. Os resultados também podem ser avaliados pela criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), um projeto de valorização social da leitura e da escrita que, em sintonia com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) compõe um quadro com condições de mudar o panorama vigente, em que as críticas à educação no Brasil são recorrentes.

O fecho das considerações aqui apresentadas reforça a proposta que informa este estudo: verificar a aplicação das políticas públicas, representadas pelo Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) de incentivo ao livro e a leitura nas bibliotecas escolares e identificar as formas de apropriação, entendimento e desenvolvimento no ambiente escolar. Também serão alvo de atenção os atores sociais envolvidos com o objetivo de perceber o grau de comprometimento que têm para atingir a excelência das ações.

O texto que reflete os passos da pesquisa está apresentado desta forma: O capítulo 2 apresenta um levantamento dos principais autores na área de análise de políticas públicas; buscamos compreender que significado lhes é atribuído, a influência que gera e que influência recebe. Este é o único caminho para entender nosso papel e o papel do Estado no desenvolvimento dessas ações.

No capítulo 3 apresentamos um levantamento da literatura sobre a história da biblioteca no Brasil; buscamos compreender sob quais circunstâncias a biblioteca surgiu no país e como vem se desenvolvendo ao longo dos anos. Acreditamos que descortinar sua história pode nos ajudar a entender as políticas que foram criadas (ou não foram criadas) para a Instituição Biblioteca. A reflexão destaca aspectos que esclarecem o papel que a Biblioteca Escolar exerce nas práticas educativas desenvolvidas pelas escolas e o porquê de sua pouca valorização. Depois desses apontamentos,

fizemos um levantamento das principais políticas públicas para a leitura, biblioteca e em especial para a biblioteca escolar. Através da análise das políticas, mais uma vez, o objetivo era compreender as ações empreendidas pelo Estado para as bibliotecas escolares.

O capítulo 4 apresenta a metodologia escolhida para trabalhar a pesquisa, um estudo comparativo, que contempla os resultados de um estudo de caso, através da observação participante, realizada em uma Biblioteca Escolar da rede pública de ensino, no município de Niterói, com os resultados obtidos na pesquisa diagnóstica do PNBE, feita a pedido do governo para averiguar o andamento deste programa. O capítulo 5 trata da análise dos dados: a análise dos dados foi levada a cabo por meio da comparação das categorias utilizadas na Avaliação do PNBE (2005)¹ e os dados com origem no campo empírico.

Por último, tecemos considerações acerca das análises empreendidas ao longo do trabalho e dos resultados obtidos na pesquisa.

¹ A Avaliação Diagnóstica do PNBE foi feita há dez anos

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: A TEORIA EM DISCUSSÃO

O espaço da Escola é o local mais importante na formação do sujeito leitor, uma vez que a introdução à leitura é objeto por excelência da educação formal. A educação pública no Brasil e os espaços de formação, as escolas públicas, carecem de uma reforma em suas bases para reverterem os preocupantes índices oficiais sobre o baixo aproveitamento dos alunos. É nesse contexto que a implantação de políticas públicas voltadas para atender à formação do leitor ganha visibilidade e a Biblioteca Escolar é o espaço privilegiado para, com a sala de aula, estabelecer uma parceria.

Cabe ao Estado a responsabilidade de criar meios para garantir o bem estar e o avanço social, que ficam na dependência da criação de estruturas políticas que fortaleçam a Educação e a Cultura no país. Por isso, cabe ao Estado constituir-se em

[...] lugar da concentração e do exercício do poder simbólico de uma sociedade, espera-se que a partir de sua atuação se crie uma estrutura – nos campos educacional e cultural – estimuladora e facilitadora da formação do leitor, por meio de políticas formuladas para esse fim. (GONÇALVES, 2006, p. 245)

Mas afinal, o que se entende por política? De acordo com Rosa e Oddone (2006, p.185) uma política pode ser sintetizada como um conjunto de fatores e medidas de diferentes campos da sociedade, que buscam criar meios de avançar para uma direção e representam uma série de soluções para transformar uma determinada situação. Em síntese, as políticas servem para garantir que os problemas não sejam recorrentes e/ou idênticos aos que sempre existiram.

Hoje, vivemos em uma sociedade cada vez mais conectada por meio dos inúmeros dispositivos tecnológicos: teoricamente, somos muito bem informados, mas entendemos o que significa política pública e seu papel em nossas vidas e daqueles que nos cercam? Como somos influenciados por elas? Podemos influenciá-las, assumindo o papel de cidadãos participativos? As políticas públicas interferem em nossas vidas independentemente de nossa consciência ou aceitação. Sobre essa questão Yunes (2005, p. 2) entende que,

Ninguém pode em sã consciência dizer que não se interessa por política, ninguém posto à frente de qualquer responsabilidade – uma família, uma escola, uma biblioteca, um museu, um centro cultural, uma guarnição militar, um hospital, uma estação de trens ou ônibus, um edifício, um condomínio, etc. – pode eximir-se de uma atuação política. Há uma política de habitação, de transporte, de educação, de cultura, de comércio, de indústria, de comunicação, etc. e ela se reflete de forma efetiva sobre a vida de cada um e de todos.

As considerações da autora citada deixam claro que somos seres políticos mesmo sem nos darmos conta disso. Então, não podemos nos permitir ficar ao largo de atuarmos ou de nos posicionarmos politicamente. Quando assumimos nosso espaço na sociedade, inserimo-nos automaticamente nas redes políticas: nossas vidas refletem a organização e complexidade das políticas públicas, quer queiramos ou não. Sendo assim, é essencial que façamos uma reflexão acerca desse assunto. Quando entendemos o que nos rodeia, tornamo-nos mais conscientes e participativos.

2.1 AUTORES, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Neste capítulo, o objetivo é dialogar com a literatura própria da Análise de Políticas Públicas e da Ciência da Informação a fim de ampliar o entendimento quanto às políticas públicas e o seu papel na sociedade. Buscamos por meio do levantamento da literatura, os principais autores e conceituações com vistas a trabalhar, de forma consistente, o campo das políticas públicas.

De início, é necessário trazer à tona o conceito de política que permeará este estudo. Na língua portuguesa, à palavra política são atribuídos dois sentidos: programas de ação e metas e o outro sentido é referente à política partidária e seus desdobramentos. Por isso, achamos necessário esclarecer que quando nos referirmos às políticas, estaremos nos remetendo aos programas de ação, ou seja, às propostas, projetos e metas a serem alcançados por uma administração. As políticas que aqui mencionaremos, são aquelas “de Estado, visando definir fins, por objetivos traçados, e os meios por intermédio do poder e dos recursos disponíveis, para a realização da ação. (NEY, 2008, p. 17).

Após deixar evidenciado, o conteúdo semântico de política tal como aqui será trabalhado, passamos a outro aspecto importante: buscar formas de

entendê-la no *locus* de aplicação. Não existe uma única nem a melhor maneira para definir o conceito de políticas públicas. De acordo com Goldin (2003, p.163 apud ROSA, 2006, p. 185) “Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram.” Apesar de servir como referência para continuarmos a discussão, a citação não entra nos meandros conceituais e nas várias possibilidades de interpretação e utilização. Contudo, podemos trabalhar por meio outras variáveis: o campo de estudo, *políticas públicas*, permeia muitos campos disciplinares e permite uma assimilação de teorias, além de se plasmar em uma multiplicidade de conceitos. Muitos autores atribuem um o caráter holístico ao campo. Souza (2003, p. 13) afirma que “apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes”. Pensar as políticas públicas por diferentes olhares implica em lidar com uma gama de conceituações, porém sem perder sua consistência teórica. Por isso, voltamos a Souza (2003, p. 14) para expandir nossas reflexões.

Admitir que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que abrange diversas unidades em totalidades organizadas, tem duas implicações. A primeira, é que a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto de pesquisa de disciplinas como a filosofia, a psicologia, a sociologia, a economia e a econometria, esta última no que se refere a subárea da avaliação, que habitualmente faz uso de técnicas quantitativas e modelos econométricos de análise. A segunda é que o caráter holístico da área comporta vários “olhares” sem que esta multiplicidade de perspectivas comprometa a sua coerência teórica e metodológica.

As observações feitas por Souza (2003) mostram como o campo das políticas públicas é vasto de possibilidades e entendimentos, oferecendo uma considerável gama de análises desde que lhes seja atribuído consistência. A discussão acerca das políticas públicas ampliou-se: entre muitos fatores está o “avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a *governabilidade*.” (OLIVEIRA, 2010, p. 93). Esse novo pensar e agir da sociedade, fez aumentar também “o pensar” sobre políticas públicas. É essa questão que será mais verticalizada.

A partir da leitura de Azevedo (2003), Oliveira (2010) e Souza (2003) identificamos a existência de três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias:

a) Políticas Redistributivas: consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (Azevedo, 2003, p. 38). São exemplos de políticas públicas redistributivas os programas de bolsa-família, isenção de IPTU e de taxas de energia para famílias de baixa renda, dentre outros;

b) Políticas Distributivas: são as ações cotidianas que todo governo necessita fazer, ou seja, “elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas sempre feita de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse.” (OLIVEIRA, 2010, p. 95) São exemplos de políticas públicas distributivas, limpezas de córregos, as podas de árvores, os reparos em escolas, dentre outros;

c) Políticas Regulatórias: Consistem na elaboração das leis que autorizarão os governos a fazerem ou não determinada política pública redistributiva e/ou distributiva. A política pública regulatória é essencialmente do poder legislativo. “esse tipo de política possui importância fundamental, pois é por ela que os recursos públicos são liberados para a implementação das outras políticas.” (OLIVEIRA, 2010, p. 95).

Sobre os três tipos de políticas públicas Azevedo (2003, p. 42) observa que “tendo em vista as características de cada modelo, assinalamos a importância de combinar a implementação de políticas regulatórias, redistributivas e distributivas” De acordo com o autor a combinação dessas políticas é o segredo para sanar as possíveis dificuldades quanto à funcionalidade das políticas. Em resumo, embora as políticas acima nomeadas não estejam diretamente vinculadas ao objeto e aos objetivos deste estudo, há alguns aspectos a considerar: o propósito das políticas públicas redistributivas e os programas em que investe. Em relação às políticas públicas distributivas o nosso interesse é por conta das demandas que recebe, entre elas, os reparos nas escolas. Por fim, as políticas públicas regulatórias que por força de lei, liberam recursos públicos para implementação de outras políticas que, no nosso caso, poderiam ser àqueles vinculadas ao livro e à leitura. Sendo assim

é de suma importância ter esses três aspectos em foco para melhor compreendermos como funcionam as políticas públicas.

Para obter um panorama mais consistente sobre a conceituação acerca das políticas públicas, analisamos os estudos de Souza (2003, p. 12) e Serafim (2012, p.124) a partir de um levantamento feito por eles. O quadro abaixo foi elaborado depois da leitura e análise dos textos dos autores citados.

Autor / Ano	Conceituação das políticas públicas
Laswell / 1958	Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.
Lynn / 1980	Um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Dye / 1984	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.
Peters / 1986	É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Mead / 1995	Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

As definições acima têm em comum a percepção de ações unilaterais promovidas pelos governos, que buscam ações de âmbito geral ou específico. Porém Dye (1984) e Laswell (1958) vão além: as definições propostas por eles estendem as questões para além de um Estado provedor. Foram esses os motivos que nos levaram há explorar um pouco mais os posicionamentos dos dois autores.

A definição proposta por Dye (1984) mostra que políticas públicas não devem ser entendidas apenas como o que o Estado faz, mas também com o que ele deixa de fazer. Suas ações ou a falta delas refletem os ideais de seus atores. Então, de acordo com Dye, toda ação promovida pelo Estado ou a falta de ações desenvolvidas por ele, refletem um posicionamento, uma decisão e acarreta consequências para a sociedade. Para entendermos melhor o direcionamento de um governo, devemos ter um olhar global e crítico para seus planos de ação, políticas de governos e principalmente para a filosofia que norteia esses posicionamentos, pois é ela que definirá o rumo de suas ações e inações.

Para Laswell (1958) as decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: *quem ganha o quê, por quê e que diferença faz*, o que nos leva a pensar que no âmbito do que é relativo ao Estado, estão presentes atores que têm ideologias, interesses e projetos políticos diferentes. “O Estado é um ambiente de sistemática disputa política. Não deve, portanto, ser compreendido como um ente independente da sociedade e imune aos conflitos que nela se manifestam.” (SERAFIM, 2012, p. 124). Então as ações do Estado refletem a ideologia de seus governantes, sendo assim não é neutro e, portanto, passível de receber influências.

A partir do conceito trabalhado por Dye (1984), Azevedo (2003, p. 38) concluiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Sendo assim, podemos entender que políticas públicas podem ser representadas por uma ação ou por uma falta de ação. A aproximação com o pensamento de Laswell (1958) permite compreender a importância dos questionamentos acerca de, quem ganha com cada decisão, por que ganha, e que diferença faz. Essas reflexões nos ajudam a traçar uma rota para a compreensão do nosso papel na manutenção daquelas ações, pois criamos mecanismos de legitimidade para elas e favorecemos o seu funcionamento. Souza (2003, p. 13) trabalha um conceito de políticas públicas que leva à reflexão acerca do real papel do Estado na formulação e análise das políticas. Enfim, para o autor citado, a política pode ser entendida como

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Grifo nosso)

Dentre as definições acerca das políticas públicas aqui expostas, entendemos que a forma de conceituação mais comumente aceita, é a afirmação que uma política pública está relacionada com a percepção que temos do Estado, pois compreendemos que políticas públicas são ações promovidas pelo Estado para remediar um determinado problema. Serafim

(2012, p. 124) polemiza a respeito do que entende por política pública. Para ele,

Compreende-se a política pública como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar algum problema. Essa definição se mostra um tanto quanto simplista, uma vez que trata o Estado como um ator que opera de forma autônoma e beneficia a sociedade como um todo através de suas ações. (SERAFIM, 2012, p. 124)

Podemos acrescentar com base nos conceitos com origem em Dye (1984) e Laswell (1958) que, por centralizarem suas considerações no papel do Estado, as definições unilaterais não contemplam o aspecto conflituoso e os limites que influenciam as decisões dos governos. “Assim, não é adequado entender o Estado como uma máquina alheia à sociedade. Ele é, ao mesmo tempo, produto e catalisador das relações sociais.” (SERAFIM, 2012, p. 123). É uma relação complexa que envolve interesses de classes e embates de ideais. Pensar no Estado como o único provedor e idealizador das ações e políticas “deixa também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.” (SOUZA, 2003, p. 14). Este pensamento ganha cada vez mais força: as parcerias público/privadas são uma realidade e vem definindo a maneira de se pensar políticas públicas. A participação cada vez mais expressiva da sociedade civil, também tem influenciado a maneira que as políticas são pensadas, aplicadas e principalmente fiscalizadas, como veremos adiante.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Propor programas e ações, fiscalizar, executar e manter políticas públicas passou a ser também, um papel da sociedade civil. A cooperação entre Estado, sociedade e o setor privado, aconteceu de forma gradual e motivada pelas transformações econômicas e sociais.

De acordo com Oliveira (2010, p. 248) o Brasil vivenciou por anos uma política de Estado centralizadora e autoritária. Por esse motivo, ficou plasmada a ideia de que o Estado exerce a tutela sobre a sociedade. Esta repressão deixou uma marca na forma como entendemos o nosso lugar na engrenagem

política. A discussão feita por Freire (2001, p. 26) traz novos matizes ao tema em pauta ao afirmar que

Uma coisa foi trabalhar no Brasil, na fase do regime populista que, por sua própria ambigüidade, ora continha as massas populares ora as trazia às ruas, às praças, o que terminava por lhes ensinar a vir às ruas por sua conta, outra, foi trabalhar em plena ditadura militar com elas reprimidas, silenciadas e assustadas. Pretender obter no segundo momento o que se obteve no anterior na aplicação de uma certa metodologia revela falta de compreensão histórica, desconhecimento da noção de limite.

A mudança de cunho social só teve início a partir do advento da mobilidade urbana, da industrialização e da urbanização, o Estado passou a estar presente em todos os setores da vida social: “O desenvolvimento econômico associado ao nacionalismo, dirigido pelo Estado, abriram caminho para uma relação direta entre o cidadão e a autoridade estatal”. (OLIVEIRA, 2010, p. 248). Na década de 1980 esse modelo entrou em crise e começou um movimento de redemocratização que influenciou manifestações de múltiplos movimentos sociais e a valorização das parcerias com o governo para o planejamento de novas ações. A guisa de ilustração tem-se o caso das políticas públicas voltadas para a cultura com início na década de 1930.

Foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que foram implantadas o que se pode chamar de primeiras políticas culturais, naquele momento com o objetivo de institucionalizar o setor cultural. No entanto, podemos considerar que somente a partir de 2003 é que o Estado passou a dialogar com seus interlocutores e assim identificar e valorizar manifestações até então ignoradas. A partir desse momento ampliaram-se os debates e as possibilidades de participação da sociedade na construção de políticas públicas para a área, redefinindo assim os rumos em relação à gestão pública de cultura. (MACHADO, 2010, p. 98)

Podemos perceber que o debate e a necessidade da participação da sociedade civil de forma mais ativa, tornaram-se uma tendência em muitas áreas. Então, por sociedade civil entendia-se a representação e os representantes de movimentos sociais organizados, um conceito que instituiu e legitimava as manifestações de grupos não governamentais.

Assim, sociedade civil passou a incorporar novas formas de organização: as demandas dos movimentos sociais passaram a se relacionar com assessorias e órgãos das prefeituras, dos governos, dos estados e do governo federal. Porém vivemos em um país de desigualdades, em que a influência social vai até certo ponto e, por conta disso, a participação nem sempre é justa

ou igualitária. É nessa perspectiva que Costa e Dagnino (2008, apud MACHADO, 2010, p. 98)

alertam para o fato de estarmos num país em “que as políticas são geradas e implantadas em um ambiente marcado por uma grande desigualdade de poder, de capacidade de influência e de controle de recursos entre os diversos atores sociais”.

A participação social é de suma importância na construção de soluções que de fato tenham relevância e efeito positivo. Mas é necessário termos em mente que a mobilização social tem um limite e esbarra em muitos atores. Para que de fato essas parcerias tenham um efeito positivo, é fundamental ter um equilíbrio entre as forças, no planejamento e formulação das políticas. Como pontua Machado (2010, p. 98),

É no momento de formulação que se estabelece a forma de participação. Quanto mais participativo, menos racional é o processo, e quanto mais desequilibrada for a correlação de forças entre os atores, menor será a possibilidade de implementar uma política pública formulada de maneira participativa.

Este aspecto torna ainda mais importante à mobilização dos grupos sociais, exigindo cada vez mais espaço, conduzindo debates, cobrando soluções e impondo metas para o estabelecimento das ações governamentais; torna-se de fato uma força a moldar as ações políticas de acordo com as suas reais necessidades. É Freire (2001, p. 25) que alerta para a importância de estarmos inseridos nas questões políticas.

A compreensão crítica dos limites da prática tem que ver com o problema do *poder*, que é de classe e tem que ver, por isso mesmo, com a questão da luta e do conflito de classes. Compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político-educativa. (Grifo nosso)

O autor acima citado alerta que devemos estar atentos aos conflitos de classes, entendendo as demandas sociais, para assim, termos uma compreensão dos espaços e dos conteúdos em que a educação no país está inserida. Esta é a perspectiva sob a qual trabalha Yunes (2005) ao afirmar que a sociedade civil tem meios de conduzir soluções a partir do entendimento da organização social, criando de fato soluções e exigindo junto aos órgãos

competentes que se cumpram seus direitos, uma vez que as políticas públicas fazem parte do nosso cotidiano. De acordo com a autora citada,

A sociedade civil, que inclui suas diversas instituições, pode e deve tomar a si, não somente a demanda por respaldo e fortalecimento para resolução de suas necessidades, como também precisa organizar-se para conhecer seus problemas e encontrar modos de encaminhar soluções (YUNES, 2005, p. 2)

Cada vez mais a sociedade vem assumindo uma postura diante das ações do Estado. Desta forma, o cidadão não pode eximir-se de uma atuação ou posicionamento político. Quando assumimos nosso espaço na sociedade, inserimo-nos automaticamente nas redes políticas; nossas vidas refletem a organização e complexidade das políticas públicas, sendo assim, não seria diferente no ambiente educacional. “A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática”. (FREIRE, 2001, p. 25). Tem origem em Braman (2009, p. 4) um exemplo bem claro, de como refletimos as ideias e conceitos comuns de políticas em nosso cotidiano.

Em casa, são os pais que definem a política de informação. Quando você coloca restrições de quanto tempo seus filhos podem passar com os jogos eletrônicos ou assistindo televisão, você está fazendo política de informação. Exigir que os seus filhos estudem, ou usem um software de filtragem para que seus filhos não fiquem expostos a conteúdo impróprio na Internet também são exemplos de política de informação em casa. Se você estabelecer um lar com a regra de que um indivíduo não lê o diário pessoal ou cartas de outro, você está traduzindo as leis nacionais sobre a privacidade de dados pessoais na família de forma prática. (Tradução Nossa)

A autora citada, afirma que todos nós fazemos políticas, criamos mecanismos de legitimidade para as existentes e favorecemos o seu funcionamento. A partir do conceito trabalhado por Braman (2009, p. 4) é possível afirmar ser inconcebível a ideia de uma sociedade ou mesmo de pequenos grupos, em que não haja uma organização ou regras, mesmo que subjetivas, que regulamentem o seu funcionamento. Desta forma, torna-se de extrema importância a compreensão do caráter político da educação e de como ela sofre e exerce influência ao mesmo tempo.

Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro,

com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. O a favor de quem pratico me situa num certo ângulo, que é de classe, em que diviso o contra quem pratico e, necessariamente, o por que pratico, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar. (FREIRE, 2001, p. 25)

Por isso, a necessidade de entendermos as metas e os planos de ação das políticas públicas tão presentes em nosso cotidiano, porém trazendo junto um olhar crítico. Ao ampliar o conhecimento acerca desse campo de estudo, poderemos ter um vislumbre do papel que exercemos nesses planos e como seremos afetados por eles. A importância da análise das políticas públicas está no enfoque dado ao comportamento dos atores sociais “e no processo de formulação da agenda e da política, buscando entender *o porquê e para quem* aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si.” (SERAFIM, 2010, p. 122). Compreendemos então que, para avaliar o real alcance de uma política pública, temos que buscar diversas propostas, os objetivos que a informam e articulá-las com o seu público alvo. Se entendermos que o Estado é plural, compreenderemos as políticas públicas de forma mais ampla, com possibilidade de colocar em prática uma análise mais consciente sobre as ações governamentais.

A seguir faremos algumas considerações acerca da biblioteca escolar. Buscaremos compreender suas potencialidades, as dificuldades que enfrenta e através de um breve histórico da biblioteca no Brasil, tentaremos, de forma simplificada, compreender porque a biblioteca escolar encontra-se pouco valorizada pela escola e pelo poder público.

3 BIBLIOTECAS ESCOLARES: OBJETIVOS, DIFERENÇAS E SIMILARIDADES

A escola é um dos ambientes onde são plantadas as sementes na formação dos sujeitos. É na escola onde acontecem as primeiras vivências em sociedade, onde se interioriza o conceito de cidadania, onde se aprende a lidar com os instrumentos da linguagem, em especial a escrita e a leitura. Por isso, seria muito natural que uma biblioteca, que tem um papel informacional muito grande, faça parte do ambiente formativo do sujeito. “Neste espaço universal e democrático, por onde circulam o aluno, o professor, o diretor, o bibliotecário, o funcionário, entre outros, o acesso à informação é a chave da inclusão de todos” (ESTABEL; MORO, 2011, p. 13). A presença da instituição biblioteca na escola possibilita a manutenção de um ambiente, não só informativo, mas amplia as possibilidades do aluno quanto à percepção de mundo, da sociedade em que está inserido, permitindo uma visão mais racional e crítica. No entendimento de Kieser e Fachin,

A Biblioteca é uma das forças educativas mais poderosas de que dispõem estudantes, professores e pesquisadores. O aluno deve investigar, e a biblioteca é centro de investigação tanto como o é um laboratório para os cientistas. (KIESER; FACHIN, 2000, p. 3)

Criar sujeitos pensantes e capazes de tomar decisões conscientes deve ser um dos objetivos da Escola. A biblioteca é um instrumento muito útil para alcançar esse objetivo, pois “[...] sempre tem uma função educativa, ao mostrar para o aluno a diversidade de saberes e de pontos de vista, além dos múltiplos esforços em compreender o mundo”. (NEVES; RAMOS, 2010, p.3). A escola que valoriza a biblioteca escolar tem uma grande ferramenta para o apoio pedagógico e para a formação de pensadores críticos, capazes de acessar a informação de forma autônoma. Em suma,

O papel preponderante desta biblioteca é servir como um importante instrumento no apoio didático-pedagógico. Assim sendo, se faz necessária a existência de um esforço de interação e cooperação entre docentes e bibliotecários, pois a missão desta biblioteca é formar pensadores críticos e efetivos usuários da informação em todos os formatos e meios. (COUTINHO, 2011, p. 177)

A biblioteca na escola tem outra função: auxiliar o currículo escolar no papel de ferramenta pedagógica. Porém, ultrapassa esse papel, pois tem função mais ampla, e permite aos alunos certa autonomia no que gostariam de

aprender, pois podem fazer pesquisas escolares sobre temas que lhes interessem em particular. Tem origem em Negrão (1987, p, 62), com base no Modelo Flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares (preparado pela CBBPE/FEABAB, 1985), a visibilidade da biblioteca escolar como

[...] um instrumento de desenvolvimento de currículo que permite o fomento à leitura e à formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; fomenta a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes na sua capacitação e oferece a informação necessária para a tomada de decisão em aula. Trabalha também com os pais e outros agentes da comunidade.

Sendo assim, a utilidade das bibliotecas escolares, transcende o papel informativo, ela serve de instrumento para as práticas pedagógicas, formação dos sujeitos e formação de leitores. Porém, precisa também ultrapassar as “paredes da escola”, chegar aos pais e à comunidade. Acreditamos que para atingir seus objetivos, as bibliotecas escolares devem acompanhar as transformações ocorridas na Instituição Biblioteca, que ultrapassou em muito o papel de “deposito de livros”. Hoje as bibliotecas, são espaços multimídias, de integração, de estudo, pesquisa e também de leitura. Ou seja,

A biblioteca passou a acolher, além do ser humano, o ser social, que compartilha, que troca e que busca nas fontes, o conhecimento, que não está apenas registrado em livros, mas em diversos suportes em uma rede que integra pessoas e novas aprendizagens. (ESTABEL; MORO, 2011, p. 13)

Em resumo, a biblioteca tornou-se um ambiente de convergência das antigas com as novas tecnologias, sem perder sua característica primordial que é informar. A biblioteca escolar não pode ficar alheia às mudanças em curso, pois tem como público, aqueles que farão o futuro e que já nasceram em meio às novas tendências informacionais. No entanto, há um aspecto a destacar:

[...] pode-se pensar que as novas ferramentas tecnológicas estão disseminadas igualmente na sociedade. Contudo, sabe-se que em realidades diferentes dos grandes centros, muitos cidadãos têm acesso à informação somente por meio da escola. (TAVARES, 2013, p. 641)

Por isso, mais do que nunca, a biblioteca escolar precisa estar de acordo com as necessidades de crianças e jovens, oferecendo um ambiente confortável para permitir o desenvolvimento do trabalho educativo, para realização de pesquisas ou para o lazer. Para além, deve atender ao requisito

básico de outras “bibliotecas tradicionais”: livros para divertir, informar e aprender

Infelizmente essa não é a realidade das bibliotecas escolares da rede pública de ensino no Brasil. Com dificuldades de atender às necessidades mais rudimentares, a maioria das escolas públicas, acabam colocando a biblioteca escolar nos últimos lugares na lista de prioridades. A biblioteca escolar vive a realidade do ambiente em que está inserida. Como reflexo desse quadro, as bibliotecas da rede pública de ensino, também vivem uma situação de precariedade.

Em muitas escolas brasileiras, as bibliotecas escolares (quando existem) são espaços desprezados, cumprindo mais a função de depósito de livros e materiais do que de ambiente pedagógico para informação, letramento e fruição. Trata-se também de outro aspecto da realidade brasileira os altos índices de analfabetismo funcional e o baixo índice de leitura literária. Percebemos, então, uma atuação insatisfatória da escola. Mas que papel se espera da biblioteca escolar nesse contexto? (NEVES; RAMOS, 2010, p. 3, grifo nosso)

Essa é a pergunta feita por Neves e Ramos, diante da situação precária e da quase inexistência das bibliotecas nas escolas, não há muito o que esperar: pois se de um lado, não exercem seu papel como ferramenta de ensino-aprendizagem, de outro, suas potencialidades não estão sendo valorizadas. A ideiação de Tavares (2003, p, 640) vai ao encontro do pensamento de Neves e Ramos, quando afirma que,

[...] muitas escolas ainda não possuem uma biblioteca, outras dizem que têm, mas não passam de armários que amontoam vários livros, os atendentes não são bibliotecários, e alguns professores sempre acham uma desculpa para dispensar a biblioteca de sua prática pedagógica.

Os autores citados enfatizam que as bibliotecas escolares continuam a ser tratadas como depósito de livros; sua inserção no dia a dia dos alunos é quase nula, ou de forma inadequada. A biblioteca virou sala de castigo, espaço para “alocar” professores com alguma dificuldade e depósito de livros, por vezes em péssimo estado, doados pela comunidade. De forma alguma reflete o que realmente deveria ser uma biblioteca.

Como pode um cirurgião fazer uma incisão sem instrumentos para tal? Como um agricultor irá lavrar a terra sem os seus equipamentos? Como uma biblioteca escolar irá informar, ser uma ferramenta para facilitar o ensino-aprendizagem, ser um ambiente lúdico, de lazer e libertador, sem livros,

peçoal adequado, ambiente apropriado e, principalmente, sem a conscientização de sua importância, pela equipe educacional da escola? Realmente não há muito que esperar da biblioteca escolar, quando inserida nesta realidade. Os motivos para tal situação são variados e passam pela esfera econômica, política, cultural e profissional. Consolidam-se em questões complexas, pois a biblioteca não se encontra isolada dentro da escola, a biblioteca escolar também sofre influência externa, tanto social, quanto política e governamental. Refletem também a maneira como a Instituição-biblioteca é compreendida, e por consequência valorizada, pelos profissionais ligados a ela, tanto os professores, diretores, quanto aos bibliotecários (são poucas as escolas públicas que contam com este profissional) que muitas vezes estão desmotivados ou intimidados dentro da instituição escolar.

Para que a situação das bibliotecas escolares melhore, é necessário que mude a percepção que se tem de uma biblioteca: é preciso “descortinar” a instituição, além de entender sua razão de existir e os benefícios que o seu uso trará para os alunos. Tavares (2013, p. 642) ao analisar a lei da Universalização das bibliotecas escolares, chegou à seguinte conclusão,

A Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 considera BE “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Mas não define a questão de espaço físico, possibilitando a problemática apontada por Silva (2003), qualquer armário com livros é considerado uma biblioteca em algumas instituições.

Como observado, é necessário ter uma legislação mais específica, que contemple a biblioteca escolar de forma mais adequada, resguardando seu caráter informativo, educativo e formativo. A participação do Estado é crucial para a transformação desta realidade.

Se olharmos a história das bibliotecas escolares no Brasil, veremos que pouco mudou, ela não acompanhou os avanços das demais bibliotecas. Para entendermos a complexidade que envolve as bibliotecas escolares, faremos, a seguir, um breve levantamento de suas origens no Brasil.

3.1 AS BIBLIOTECAS NO BRASIL

Através de levantamento bibliográfico, buscamos traçar um breve histórico do surgimento das bibliotecas brasileiras. Entendo que a biblioteca

passou por três momentos distintos e decisivos: o surgimento das bibliotecas conventuais, a instituição das bibliotecas particulares e a criação da Biblioteca pública da Bahia, responsável por mudar o panorama das bibliotecas à época e inaugurar uma nova era para as bibliotecas no Brasil. De acordo com Santos (2010, p. 51)

No Brasil, a história das bibliotecas até o início do século XIX pode ser resumida em três etapas sucessivas. Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até a criação da Biblioteca Pública da Bahia.

Para entendermos as etapas pelas quais a biblioteca passou, precisamos ter em mente que os livros, que já fazem parte do nosso cotidiano, nem sempre estiveram presentes no país. “Durante a primeira metade do século XVI, não se têm notícia sobre a existência de livros no Brasil. Só a partir de 1549, com o estabelecimento do governo-geral em Salvador/BA” (MAROTO, 2012, p. 43). Os livros chegaram ao Brasil com os primeiros jesuítas, que aportavam nas costas brasileiras com o objetivo de catequizar os índios. Por esse motivo os livros que traziam, voltavam-se primordialmente à catequese. Mesmo para os Jesuítas, a posse dos livros era algo muito complicado. Pois,

Com a Instalação do Governo-Geral, na Bahia, na segunda metade do século XVI, os livros aportaram em nosso país nas bagagens dos Jesuítas. Com pequenos acervos que mal atendiam às necessidades das propostas pedagógicas da Companhia de Jesus, os padres faziam cópias das cartilhas para poderem ensinar as primeiras letras aos alunos do Brasil Colônia. Foi necessário solicitar à metrópolis remessa de livros de diversos gêneros, para poderem atender a demanda tanto de Instrução das crianças como da capacitação dos professores (VÁLIO, 1990, p.15)

Os livros no século XVI eram para poucos, e contemplavam os que tinham condições econômicas para adquiri-los; no Brasil colônia podemos dizer que eram muito raros. “Dessa realidade educacional brasileira da colônia, Capistrano de Abreu afirma que "poucos aprendiam a ler. Com a raridade dos livros, exercitava-se a leitura nos manuscritos" (VÁLIO, 1990, p.16). Os poucos privilegiados que tinham livros, eram parte da sociedade letrada e abastarda. O primeiro esforço para difundir o livro no país foi dos padres jesuítas.

Historicamente, o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo poder aquisitivo. Durante o período colonial, os jesuítas fizeram grande esforço para facilitar o acesso à palavra escrita. Na verdade, foram esforços isolados, pois a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder. (GARCIA, 2006, p. 85)

Como a educação e a cultura não eram prioridades do colonizador, os esforços dos Jesuítas ficaram isolados a pequenos grupos. Os padres atendiam aos índios e alguns filhos de colonos, e os poucos livros, eram encomendados à corte ou recebiam por doações.

Enquanto a educação era um instrumento elitista destinado apenas ao enriquecimento cultural da pequena classe abastada e a instrução de toda a população não era do interesse dos governantes, a biblioteca constituía um instrumento de luxo, muitas vezes sem função. Seu acervo era comprometido com o enriquecimento cultural do estudante de acordo com o que então era considerado como cultura, que por sua vez era talhada nos moldes europeus. (SILVA, 2004, p.5)

Como no Brasil, as tipografias estavam proibidas, os livros eram escassos e os que existiam no país reproduziam a cultura européia, fato que auxiliava no controle e dominação da população. Os livros estavam concentrados nas mãos de uma pequena elite colonial ou pertenciam à Igreja; com isso o livro era algo raro e muito caro. Como pontua Santos,

Os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica, além disso, não há muitas informações sobre bibliotecas particulares nos séculos XVI e XVII. (SANTOS, 2010, p.52)

Além de toda dificuldade enfrentada para o estabelecimento de um acervo razoável no país, os poucos que podiam adquirir os livros, precisavam lidar com a censura de Portugal, censura tanto pelo conteúdo dos livros, quanto pelo comércio livreiro no país, sendo esse considerado crime.

“Não existia na colônia um comércio regular de livros, e a única tipografia que havia sido instalada em 1747, no Rio de Janeiro, foi fechada na mesma época por ordem de Lisboa, através da Carta Régia, com ameaças de prisão para os infratores, além da proibição de qualquer forma de impressão e de aquisição de manuscritos, a não ser vindos de Portugal.” (MAROTO, 2012, p. 45)

Não é de se espantar que tratemos os livros e a leitura de forma tão pouco generosa, pois no Brasil desde os primórdios, os livros eram controlados e a aquisição privilégio de poucos. O comércio dos livros foi considerado por muitos anos um crime: o livro começou sua jornada no país de forma estigmatizada, a venda era controlada, havia falta de escolas e a maior parte da população analfabeta. Todos esses fatores fizeram com que os livros fossem usados quase que exclusivamente pelos padres, uma vez que,

Com a vinda dos livros pedidos, os padres passaram a utilizar os acervos das bibliotecas dos conventos na alfabetização dos

indígenas e dos filhos dos colonos (MORAES, 1979). Pouco a pouco os acervos foram aumentando e tornaram-se de uso particular dos jesuítas, não havendo no país nenhum outro tipo de biblioteca ou livreria, que promovesse a formação de leitores, pois ninguém mais se interessava em lê-los, uma vez que mais de 80% da população era constituída de analfabetos (inclusive o próprio colonizador). (VÁLIO, 1999, p. 15)

As primeiras bibliotecas no Brasil, as conventuais, pertenciam a Companhia de Jesus. “O aparecimento de livros, instituições de ensino e, posteriormente, as bibliotecas, só ocorrerão a partir de 1549 com a instalação do Governo Geral, em Salvador (Bahia)” (SANTOS, 2010, p.51). Com a fundação de colégios na Bahia e em outras capitais, os padres da Companhia de Jesus puderam criar suas bibliotecas em salas especiais de seus colégios.

Os jesuítas foram os primeiros a chegar. Porém outras ordens vieram para ao Brasil e criaram suas bibliotecas e escolas. Os Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas foram muito importantes na alfabetização e desenvolvimento cultural da elite colonial. Os religiosos foram alvo da rigidez da censura, pois “[...] suprimiam as obras consideradas obscenas, aquelas consideradas ofensivas à monarquia, à moral e à própria religião católica” (MAROTO, 2012, p. 44). Apesar do controle dos acervos conventuais, a coleção era diversificada, pois as bibliotecas:

[...] eram constituídas por preciosas coleções que abrangiam os mais diversos ramos do conhecimento. Adquiridas através de compras e doações, mantinham-se acessíveis aos padres, alunos e a quaisquer outras pessoas que a elas recorressem em busca de informações. (MAROTO, 2012, p. 44)

Apesar das interdições não houve impedimento na criação de acervos particulares. Alguns inconfidentes da Bahia e de Minas possuíam muitas obras proibidas. “Além dos inconfidentes mineiros, alguns inconfidentes baianos são apontados, também, como possuidores de obras proibidas, em sua grande maioria de livros franceses ou traduzidos para o francês, e poucos livros em português”. (MAROTO, 2012, p.45). As obras que pertenciam às coleções particulares refletiam o grau de refinamento intelectual dos proprietários.

De acordo com Martins (2002), poucas pessoas livres possuíam livros e estas eram, principalmente, de Minas Gerais: os tamanhos das bibliotecas mineiras eram diversos, não sendo determinado pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Padres, advogados e cirurgiões possuíam as maiores e melhores bibliotecas. (SANTOS, 2010, p.52)

É fato que a censura afetava a todos de forma geral, mas os Jesuítas eram os que sofriam a maior pressão sob as obras incorporadas ao acervo. As bibliotecas conventuais dos jesuítas eram as mais conceituadas do país até 1759, ano em que o Marquês de Pombal expulsou a companhia de Jesus do Brasil, sob vários argumentos e utilização do poder que tinha, conforme citação abaixo.

A pós a expulsão da Companhia de Jesus, e alegando falta de regras claras e específicas, e de unidade de critérios para a seleção de livros e de outros impressos, e, ainda, devido ao grande número de livros proibidos encontrados nas bibliotecas dos jesuítas, em 1768, o Marquês de Pombal unificou as três censuras em vigor no país, através da criação da Real Mesa Censória. (MAROTO, 2012, p. 47)

A expulsão da Companhia de Jesus teve considerável impacto nas bibliotecas do país, pois “depois da expulsão, os livros foram usados para embrulhar mercadorias ou permaneceram em depósitos estragando-se” (VÁLIO, 1990, p. 16). A expulsão da Companhia de Jesus resultou de arbitrariedades pelo poder instituído. Além dos livros perdidos, algumas ações foram postas em prática, a exemplo da instituição do ensino laico no país, conforme explicitado abaixo:

Com as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, de expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus do Brasil, proibição da fundação de novos conventos e da instituição do ensino leigo no país, as bibliotecas foram praticamente relegadas ao abandono em todos os conventos em que se encontravam instaladas. Um tiveram suas coleções confiscadas, saqueadas e vendidas como papel velho; outras foram corroídas pelos insetos e destruídas pela falta de conservação (MAROTO, 2012, p. 46).

Com o empobrecimento das bibliotecas conventuais e a censura aos livros que chegavam ao Brasil, até o fim do século XVIII, o acesso às fontes de informação ficou prejudicado. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, a situação cultural do país mudou drasticamente, uma vez que,

[...], a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, trouxe um enriquecimento da vida cultural da colônia, a partir das necessidades da elite dominante, que nela encontrava as formas de sociabilidade indispensáveis para sua própria existência. A criação da Imprensa Régia, pelo decreto de 13 de maio, contribuiu como nenhuma outra medida para despertar essa vida cultural. Além dos inevitáveis documentos oficiais, esse órgão cuidou da publicação de jornais e de muitas obras de cunho científico e literário. Paralelamente, cresceu o número de livrarias e um outro tanto de estabelecimentos que revendiam, juntamente com artigos variados, as publicações do dia. (NEVES 2000 apud MAROTO, 2012, p.48)

A vinda da família real portuguesa para o Brasil marcou a fase de crescimento da vida social, do hábito da leitura pelas classes dominantes e do crescimento do mercado livreiro. Contudo, para além, observa-se uma mudança de hábitos no comportamento em relação ao livro e à leitura que extrapola as formas de fazer e de pensar, tal como praticadas, até então. Pois é fato que

Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram tornando espaço no Brasil. Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos. De acordo com Moraes (1979), as bibliotecas se tornaram um espaço de contestação e surgindo, posteriormente, a necessidade de bibliotecas maiores com gabinetes de leitura. (SANTOS, 2010, p. 53)

A leitura passou a fazer parte dos hábitos da sociedade o que fortaleceu e incentivou a criação de novas bibliotecas. Outro fator de incentivo a “cultura dos livros”, foi quando a família real trouxe de Portugal uma grande quantidade de livros e documentos; a maior parte da biblioteca Imperial chegou ao país em 1811, trazendo um acervo de proporções que fugiam aos padrões da época. Os caixotes continham livros, gravuras e documentos importantes.

A Biblioteca só foi inaugurada no aniversário de D. João, em 13 de maio de 1811, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Porém apenas estudiosos com autorização prévia podiam visitar a biblioteca. Ela só foi aberta ao público em 1814 e “em 1821, foi publicado seu estatuto, o qual surpreende pelo conteúdo de seus 32 artigos, os quais pouco difere da maioria dos regimentos de algumas de nossas bibliotecas.” (SANTOS, 2010, p.54) A Biblioteca Real contava com um acervo expressivo, pois além dos livros trazidos de Portugal ela também incorporou acervos de coleções particulares, conforme esclarece a autora abaixo citada

A Biblioteca Real teve o seu acervo ampliado e enriquecido com a aquisição de coleções particulares remanescentes dos primeiros séculos de colonização do Brasil, e pela doação de um exemplar de cada obra impressa nas tipografias do Reino, em cumprimento à Lei do Depósito Legal, que fora estabelecida em Portugal, por D. Maria I, em 1807, e estendida ao Brasil, a partir de 1808. (MAROTO, 2012, p. 48)

Em 1811 foi fundada a Biblioteca Pública da Bahia, a primeira do Brasil. Seu acervo foi formado a partir de doações das duplicatas dos livros da

Biblioteca Real e por livros pertencentes a bibliotecas particulares. Foi a partir de 1825 que

[...] outras bibliotecas foram criadas pelo Brasil afora: a Pública Estadual do Maranhão (1829); a Pública Estadual do Rio de Janeiro (1837); a Biblioteca de Direito de Pernambuco (1830); a Pública Estadual do Espírito Santo (1855); a Pública do Paraná, criada pela Lei Provincial n° 27, de 7 de março de 1857, entre outras. (MAROTO, 2010, p. 51)

Apesar da criação de novas bibliotecas e do crescimento da produção editorial no Brasil, “no início do século XX, o percentual de analfabetos mantinha-se praticamente o mesmo da segunda década do século XIX em todos os estados brasileiros” (MAROTO, 2010, p. 52). O Brasil passava por transformações sociais e econômicas, por isso era preciso repensar o sistema educacional. De acordo com Milanesi (MILANESI 1986 apud SILVA, M., 2004, p. 6), “depois da expulsão dos jesuítas, o acontecimento mais marcante foi nova política educacional, no bojo da Independência”. Com o advento da diminuição do poder da igreja, começou uma nova maneira de se pensar a educação. Neste momento de mudanças que chegavam não só ao Brasil, mas ao Ocidente em geral, surgiu à necessidade de se pensar em políticas públicas educacionais. Essas políticas buscavam atender a população de forma mais ampla, contemplando não só a elite. A culminância deste movimento foi a Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I. O texto pontuava a responsabilidade do Império de garantir a instrução primária gratuita para todos os cidadãos brasileiros. Em 1827, foram criadas as primeiras escolas primárias no Brasil.

As escolas foram criadas com a lei de 15/10/1827 para ensinar a ler, a escrever, a aritmética e a religião, privilegiando-se as leituras da Constituição do Império e a História do Brasil. A criação de imprensa, a leitura de jornais e a circulação de livros eram proibidas durante o período colonial, fatos que caracterizam a grande população de analfabetos de bibliotecas (VÁLIO, 1990, p. 16)

No bojo das mudanças vinculadas à Educação, veio também a necessidade de se repensar as bibliotecas, de forma que pudessem atender ao panorama educacional que se desenhava. Caberia às Bibliotecas disponibilizarem material apropriado para as aulas; um dos requisitos contemplava a existência de literatura infantil nos acervos. No Brasil,

A discussão [...] sobre a necessidade de bibliotecas – no sentido etimológico de coleção de livros - apropriadas às escolas, inicia-se na segunda metade do século passado. Os livros de literatura infantil,

aqui surgidos, eram traduções ou didáticos. Por essa época também aparecem textos dedicados à instrução de escolares. (VÁLIO, 1990, p. 17)

Em um primeiro momento, existiam coleções de livros e, portanto, não se vislumbrava a biblioteca escolar de fato. A biblioteca escolar surgiu gradativamente com a fundação das escolas normais. Desta forma,

As primeiras escolas brasileiras datam de 1827 e, a partir da segunda metade do século XIX, surgem as primeiras discussões sobre a necessidade de bibliotecas escolares. Estas discussões, no entanto, referiam-se à palavra biblioteca enquanto coleções de livros, apenas. As bibliotecas escolares no sentido hoje conhecido foram criadas para atender às escolas normais (formação de professores), sendo a primeira delas a biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo no ano de 1880. Nas décadas de 1930 e 1940 começam a surgir as bibliotecas dos ginásios estaduais. (CORRÊA; SOUZA, 2004, p.2)

Na segunda metade do século XIX, a relação entre biblioteca e educação torna-se institucionalizada. A co-relação entre estas instituições é o reflexo do momento vivido pela educação no Brasil: a educação passou a ser tratada com um fato social e direito de todos.

[...] o final do século XIX e o século XX trouxeram importantes e definitivas alterações tanto comportamentais quanto conceituais que suscitaram reflexões à cerca do objeto educação, entendido como fato social. Estas reflexões originaram novas formas de se entender e se praticar o ensino. (SILVA, 2004, p 6).

As novas formas de ensinar incidiram na biblioteca escolar, por conta de sua subordinação à escola. O resultado foi à reprodução dos ideais educacionais vivenciados à época. As escolas seguiam uma pedagogia hierarquizada, centrada na figura do professor. De outro lado, as bibliotecas escolares trabalhavam sob o mesmo padrão: seus acervos reproduziam o que os professores julgavam correto, não havendo muita interlocução. A biblioteca era um simples depósito de livros, cuja única função era a reprodução da ação unilateral exercida na sala de aula, em que o aluno era um papel em branco a espera do conteúdo fornecido pelo professor. Em resumo,

De acordo com a [pedagogia tradicional] a prática de ensino se firmava apenas na figura do professor e do livro didático ou livro texto, como únicos transmissores de conhecimento, e onde a existência ou não da biblioteca escolar não fazia muita diferença. Esta prática de ensino acarretou à biblioteca escolar o abandono, falta de legitimação bem como falta de espaço e iniciativas que priorizassem seu bom e efetivo funcionamento. (SILVA, 2004, p. 6)

Diante do quadro traçado, podemos concluir que a biblioteca escolar foi forjada a luz de uma dinâmica limitante de suas potencialidades. Caso seja possível internalizarmos a idéia, que nos processos formativos a informação nos é dada pelo professor, transmissor de conteúdo, e de outro lado aluno receptor passivo, visualizamos a biblioteca como mero armazém de livros. A falta de incentivo, para que os alunos busquem o conhecimento de forma autônoma, resulta em alunos passivos, pouco criativos e que, certamente, não darão valor à livre pesquisa e conseqüentemente a biblioteca.

Com as mudanças econômicas e políticas, vem junto às mudanças filosóficas e sociais. Com o advento do capitalismo uma nova mudança nos padrões educacionais foi necessária, com vistas a atender a nova perspectiva social do cidadão produtivo. Nessa perspectiva, podemos considerar que,

Na busca por respostas às exigências de uma sociedade essencialmente capitalista – para qual apenas a formação e preparação do indivíduo com vistas à acumulação de conteúdo, função principal dos sistemas escolares do Estado, já não satisfaziam [...]. A educação passa a ter o dever de fazer do indivíduo uma unidade social economicamente produtiva, e daí um cidadão valioso. (SILVA, 2004, p. 7)

Com o desenvolvimento econômico vivenciado pelo Brasil (1930-1945), as escolas precisavam qualificar cidadãos produtivos que pudessem exercer seu papel em uma sociedade capitalista. Portanto, a função da escola era preparar mão de obra qualificada para atender a nova estrutura econômica. Neste período “a educação se viu um pouco despojada de suas características humanistas para ser encarnada por objetivos capitalistas de desenvolvimento.” (SILVA, 2004, p.8) Para atender a nova demanda social surgiram formas de ensinar e aprender que buscavam superar a educação formal de tradição católica. A partir desse momento a Biblioteca Escolar teve suas características de base alteradas, e passou a ser vista como um lugar pouco importante.

A partir das transformações tecnológicas e científicas que eclodiram no século XX, surgiu um novo paradigma, por isso a escola precisou rever sua vocação e a biblioteca escolar ganhou visibilidade. De acordo com Silva (2004, p.8) “a substituição, na educação, do paradigma behaviorista da aprendizagem pelo paradigma cognitivista, permitiu novas perspectivas para o ensino que então se libertava das garras dos princípios do ensino programado.” Os novos recursos didáticos também contribuíram para esta mudança de perspectiva,

que incluía o “novo cidadão” inserido no “novo modelo” para a educação formal, ou seja, os processos de ensino e aprendizagem não podiam ficar limitados à sala de aula, pois

Com a evolução desse antigo conceito sobre ensino, a educação é redimensionada e ultrapassa as barreiras de simples transmissora de conhecimento. Uma nova concepção de educação pautada por sua vez no atual estágio da sociedade que exige a formação de um cidadão que não só domine conhecimentos e detenha habilidades, mas que seja flexível, crítico, atento às mudanças, conscientes de seus direitos e deveres, além de ser capaz de reagir de modo eficaz à velocidade com a qual estão ocorrendo as mudanças. (SILVA, 2004, p. 9)

Neste modelo às capacidades do educando são valorizadas: ele passa a ser visto como um selecionador consciente, capaz de buscar a informação de forma autônoma, ou seja, é incentivado a procurar a melhor maneira de obter as informações, além de exercitar muitas capacidades, principalmente a leitura. Segundo Milanesi (1986 apud SILVA, M, 2004, p. 9):

Uma prática de ensino que incluísse a leitura e a discussão exigiria transformações na escola, mudando a cena, alterando a sala de aula, mudando o papel do professor de mero transferidor de conteúdo, incrementando a biblioteca, incentivando todas as formas de acesso às informações registradas e a produção de novas informações. E, principalmente, propiciando a discussão – o que tornaria o aluno um criador de discursos e não apenas um ouvinte.

Infelizmente essas transformações não se consolidaram de forma plena, pois carregam consigo antigos modelos, difíceis de serem abandonados. Em relação às escolas públicas, parte significativa ainda reproduz os padrões educacionais centrados no professor como único provedor do conhecimento e informação. Esse modelo, que ainda se perpetua, cria limites e influencia a forma como a biblioteca escolar é utilizada. É sabido que

[...] a maioria das escolas brasileiras, sem biblioteca, continuam como “instrumentos imperfeitos”. Os altos índices de analfabetismo, as taxas de evasão e repetência e os baixos níveis de desempenho em leitura e escrita apresentados pelas pesquisas de avaliação da educação básica do país, nas últimas décadas refletem o fracasso de um sistema escolar “unívoco”, que funciona a partir de um esquema de reprodução de discurso, no qual o professor expõe aquilo que considera pertinente e que acredita ser a expressão da verdade, e ao aluno resta apenas a tarefa de receptor e reproduzidor, fiel e passivo, desses discursos. (MAROTO, 2012, p. 58)

Ao olharmos as transformações vividas pelo livro e conseqüentemente pela biblioteca no Brasil, podemos entender a atual conjuntura em que se encontra a biblioteca escolar. O livro no Brasil sofreu duras repressões e sempre representou algo exclusivo da elite.

A leitura seja no ambiente escolar ou em outros espaços, recebeu poucos incentivos. A instauração de uma mudança de rumo é tarefa de primeira ordem. Antes de pensarmos em mudar o *status* da biblioteca escolar, devemos mudar a forma como a leitura é trabalhada, uma vez que, ambas guardam uma relação de interdependência. A função de uma biblioteca escolar ultrapassa a sala de aula; ela é um instrumento que pode moldar pensamentos e atitudes. As potencialidades da biblioteca escolar e suas influências na vida dos alunos, passa pela construção do conceito que,

[...] deve partir de um princípio abrangente de prazer, alegria, satisfação e aprendizagem e criar boas lembranças que acompanhem a vida dos alunos. É neste espaço, único dentro da instituição, que o aprendiz encontra uma liberdade intelectual e a oportunidade de saciar sua curiosidade pessoal, construindo realmente seu próprio conhecimento. Ali, ele pode acessar e usar, criar e comunicar. (COUTINHO, 2011, p.179 apud BERG, 2011, p. 96).

Ao analisarmos o conceito de biblioteca escolar acima trabalhado, percebemos que apesar das vicissitudes pelas quais passa, a biblioteca escolar, mantêm-se como instrumento de extrema importância na formação do indivíduo crítico, do cidadão consciente e capaz de se desenvolver em ambientes em que livros, leitura e tecnologias tornam-se um amalgama para alguns, a biblioteca escolar encontra-se presa a velhos modelos educativos; melhor explicando, por ser uma instituição dentro de uma outra instituição, acaba por ser subordinada à escola, que por motivos diversos ligados à tradição cultural, ou por sua ausência, não conseguiu se consolidar, como seria desejável. O desejo por mudanças está na pauta e exige esforços com o poder público, na escola, com os professores, enfim em esforços articulados que permitam reverter o atraso.

Ao longo da história política do país, vimos ações voltadas para o fortalecimento da leitura e do livro, porém muito poucas voltadas para a valorização da biblioteca escolar.

No próximo item faremos um levantamento das principais políticas para o livro, leitura e educação. Trata-se de um esforço para entender como o Estado percebe a biblioteca escolar e que medidas estão em curso para remediar seu empobrecimento.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES

A “sociedade da informação” denominação que hoje se dá aos ambientes pautados nos aparatos tecnológicos, tem no acesso, na produção e na distribuição da informação suas principais vertentes. Nesse contexto, a biblioteca é considerada uma ferramenta educacional e, portanto, nada mais apropriado que caiba a ela, grande parcela na criação de uma sociedade preparada para as transformações e utilização de fluxos informacionais cada vez mais intensos. Porém não é esse o status das bibliotecas, em especial o da biblioteca escolar.

A realidade mais latente é a de que ainda são poucas as escolas (principalmente na rede pública de ensino) que possuem um espaço especialmente reservado e preparado para o funcionamento de uma biblioteca. Além disso, o acervo é geralmente formado por livros em péssimas condições físicas, geralmente adquiridos por doações sem nenhum critério, o que realmente é de se esperar, já que a figura do profissional bibliotecário também é igualmente rara. (CORRÊA; SOUZA, 2004, p.5)

Os autores acima citados reforçam a realidade vivenciada nas escolas públicas, em que a necessidade de acesso ao livro e aos mecanismos culturais é premente, porém deixado de lado. É na escola que são vivenciadas as primeiras lições de cidadania e onde se cria o gosto pela leitura. No que se refere à educação e, mais especificamente, à Biblioteca Escolar é dever de todos, buscarem soluções justas e eficazes, que fortaleçam o desenvolvimento das capacidades dos alunos e, assim criar uma geração de futuros leitores, conscientes e críticos. Portanto,

No que toca à questão da leitura, a primeira necessidade de uma comunidade é reconhecer essa prática como uma atividade que precede a maioria das conquistas sociais de seus integrantes. É o recurso que lhe permite obter informação sem depender muito de intermediários e intérpretes, que situa cada um diante de uma série de possibilidades, que lhe oferece opções para fazer-se um pouco menos autômato e mais responsável por seus desejos e atitudes. (YUNES, 2005, p. 15)

Mais uma vez, Yunes (2005) dá uma brecha para entendermos as mudanças e os ganhos dos sujeitos quando têm o domínio do código escrito. A leitura liberta e inclui, ela torna os sujeitos “visíveis” na perspectiva da ótica social. Criar o hábito da leitura nas condições de desigualdade que persistem na sociedade brasileira e na situação penosa em que se encontram nossas escolas públicas é tarefa complexa; por isso são necessários esforços conjugados de todos que têm compromissos e responsabilidades com o país.

Os desafios que se colocam para a educação formal no Brasil são muitos e para vencê-los são necessárias políticas consistentes e adequadas aos espaços de aprendizagem. Políticas que garantam uma escola de qualidade com infraestrutura sólida que possibilite um ambiente apropriado às práticas educativas. Contudo, é determinante para o bom aproveitamento escolar o domínio da leitura e da escrita com o respaldo de ações que garantam o acesso ao livro e estimulem o desenvolvimento das habilidades e competências do *aluno leitor*. Todo esforço do Estado em prol da educação é indispensável, pois o Brasil ainda sofre as conseqüências de anos de exclusão que afastaram milhões de brasileiros das salas de aula. Este fato moldou de forma desigual a educação formal em nosso país.

Não é recente a busca por uma educação de qualidade. O sistema educacional no Brasil passou por muitas fases: podemos usar como exemplo a educação jesuítica de base católica, responsável pela instituição das primeiras escolas, até chegarmos ao modelo de educação laica, parte das transformações conceituais que definiram as estruturas da sociedade emergente, e que se refletem até hoje.

A Constituição Federal de 1988 foi outro marco importante, pois apresenta em seu texto, a declaração do direito à educação, “representando um salto de qualidade com relação à legislação anterior, com maior precisão da redação e detalhamento, introduzindo-se, até mesmo, os instrumentos jurídicos para a sua garantia”. (OLIVEIRA, 1995, p 61) Além disso, a Constituição de 1988 inclui em seu texto a responsabilidade do Estado com a educação, mostrando que deve ser direito de todos e que é um dever do Estado garantir instrumentos para que isso de fato aconteça.

A declaração do Direito à Educação aparece no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição”, onde pela primeira vez em nossa história Constitucional explicita-se a declaração dos Direitos Sociais, destacando-se, com primazia, a educação. (OLIVEIRA, 1995, p 61)

Como pontuou Oliveira (1995) a educação passou a ser, juntamente com o trabalho, saúde, lazer e moradia um direito social. Por ser um direito, a educação pode ser fiscalizada e melhorias podem ser exigidas pela população.

A participação social deve ser premissa básica de todos os cidadãos, pois a família também tem deveres, como consta no art. 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, cabe especialmente aos pais e/ou responsáveis os cuidados de resguardar o direito dos seus filhos, matriculando-os na escola e participando de seu percurso educacional. O art. 205 também explicita que a educação é para todos, sem distinção de classe ou raça e tem como objetivo preparar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. É uma via de mão dupla: o Estado deve prover e a população deve exercer o seu direito e cumprir seu dever; exigir e fiscalizar também são pontos fundamentais, uma vez que, só assim poderemos colocar em prática ações que de fato tragam benefícios para a sociedade.

A Constituição instituiu o Estado como provedor e a Educação como direito. Porém, para que de fato as ações sejam cumpridas, o art. 204 prevê a criação de um Plano Nacional de Educação em que,

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

O Plano Nacional de Educação foi ratificado através da lei nº 13.005 de junho de 2014. O Plano que, a princípio, era uma disposição provisória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passou a ser uma exigência constitucional, como colocado abaixo:

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. (BRASIL, 2014, p. 5)

O Plano tem como uma de suas funções unir os poderes Federal, Estadual e Municipal, através de metas comuns a todos. Para efetivar as metas propostas, é primordial um trabalho articulado e em conjunto, uma vez que,

O alinhamento dos planos de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios constitui-se em um passo importante para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), pois esse esforço pode ajudar a firmar acordos nacionais que diminuirão as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional. (BRASIL, 2014, p. 5)

Portanto, acreditamos que a cooperação é essencial para que as políticas públicas existentes e as que ainda serão propostas tenham bons resultados. A descontinuidade das políticas públicas é um grande desafio a ser superado e a proposta do PNE é buscar meios que, através da cooperação das esferas governamentais, garanta pelo menos dez anos de continuidade das ações propostas, pois,

As responsabilidades estão definidas, mas ainda não há normas de cooperação suficientemente regulamentadas. Isso faz com que existam lacunas de articulação federativa que resultam em descontinuidade de políticas, desarticulação de programas, insuficiência de recursos, entre outros problemas que são históricos no Brasil. Tais lacunas são bastante visíveis no campo da educação básica em função da obrigatoriedade e da conseqüente necessidade (BRASIL, 2014, p. 8)

As diretrizes estabelecidas na Constituição, para o Plano, foram desdobradas para melhor atender as necessidades atuais. As dez diretrizes transformaram-se em vinte metas e “o município, o estado e o Distrito Federal devem atentar para a relevância de cada meta, contribuindo para que o Brasil avance na universalização e na qualidade da educação” (BRASIL, 2014, p. 15). As metas e os compromissos assumidos foram “largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional” (BRASIL, 2014, p. 9). As metas foram propostas depois de debates entre governo e sociedade, e podemos perceber uma preocupação que vai da erradicação do analfabetismo até a melhoria e ampliação da pós-graduação. Um ponto muito presente nas metas foi a unificação da Educação, tanto na pré-escola quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Outro aspecto que nos chamou atenção foram as metas para a melhoria nas condições de trabalho dos professores e todos

que atuam no sistema educacional, por conta das metas para plano de carreira, educação continuada e equiparação salarial.

De todas as metas propostas para o sistema educacional, nos próximos dez anos, não ficou evidente a preocupação referente à leitura; porém é possível incluir este aspecto na Meta 7: esta meta aponta a melhoria na qualidade da educação básica, acompanhada da melhoria no fluxo escolar e é uma das mais relevantes, pois “o PNE traz 36 estratégias para a consecução dessa meta, o que mostra sua relevância e significado” (BRASIL, 2014, p. 32). A partir do entendimento que o bom aproveitamento escolar também passa pelas habilidades de leitura, pensamento crítico e criatividade, a biblioteca escolar se faz mais do que presente nesta meta.

Um dos desafios do PNE é a articulação de maneira colaborativa e integrada, pois as metas são nacionais, portanto todas as esferas têm compromisso com sua realização. “Para concretizar-se como Política de Estado que extrapola os tempos das gestões governamentais, precisa estar vinculada aos planos estaduais, do Distrito Federal e municipais” (BRASIL, 2015). Então para que possa vencer as barreiras do “tempo governamental”, o PNE trabalha com planejamentos integrados aos estados, municípios e ao governo Federal, “além de servir de referência para a elaboração dos Planos Plurianuais nas diferentes esferas de gestão” (BRASIL, 2015). Esta mobilização seria uma forma de manter os planos em sintonia, assim os recursos poderiam ser otimizados e ter uma durabilidade garantida. A criação de leis ou a adequação as metas do PNE estão acontecendo neste ano de 2015, espera-se que todos os planos de cada unidade federal estejam prontos e em sintonia com o PNE até o segundo semestre deste mesmo ano.

Este Plano busca uma educação unificada e de qualidade, porém infelizmente, em suas diretrizes, não contempla diretamente a leitura, o livro ou a biblioteca. Na história política do Brasil temos ações voltadas para o livro, mas muito poucas voltadas para a leitura e para a biblioteca. A primeira vez que se pensou efetivamente em implantar uma política voltada para o livro, foi durante governo de Getúlio Vargas (1937-1945) quando o Brasil enfrentava grandes mudanças na economia, na política e na área cultural. Segundo Barros (2005, p.3) “desde que a indústria editorial se implantou no Brasil, no início do século XIX, sempre houve políticas públicas voltadas para o livro [...] que

transitaram entre o controle, a repressão, a distribuição gratuita e o incentivo à leitura”; o que tem variado é sua natureza. Então por meio do Decreto - lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), primeiro órgão para concretizar as “[...] políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA,1994, p. 17). Por conta dos debates ocorridos nas décadas de 1920 e 1930, sobre o sistema educacional brasileiro, foram direcionados esforços para a valorização do livro, como mecanismo de preservação dos valores culturais do país.

O INL era em essência um programa que valorizava o livro e sua cadeia produtora. Porém, as bibliotecas públicas foram as mais beneficiadas com este programa, pois eram as “armazenadoras” desses livros.

(...) a política de bibliotecas públicas pode ser caracterizada em três períodos diferentes, marcados pelas três novas gestões do INL, demonstrando a descontinuidade da política pública, que muda completamente, seguindo a concepção pessoal de seus dirigentes. O primeiro dirigente, um general, desejou utilizar a biblioteca pública como instrumento de integração nacional; a bibliotecária e escritora que dirigiu o INL no segundo período, identificou as bibliotecas públicas como bibliotecas escolares; e o terceiro dirigente, um escritor, implementou um Sistema Nacional de Bibliotecas, de acervo marcadamente literário e brasileiro. Ainda assim, nesse período o INL manteve sua concepção de política do livro como política de bibliotecas. (PAIVA, 2008, p. 32).

O INL tinha como ponto principal o livro e não as bibliotecas. De qualquer forma, não podemos negar que o programa foi de extrema importância para a criação de novas bibliotecas, mesmo que o objetivo inicial fosse o fortalecimento da indústria editorial. A bem da verdade,

(...) a criação de bibliotecas estimularia e sustentaria a produção editorial, baratearia o livro, aumentaria o consumo de papel e favoreceria novos escritores. Portanto, tratava-se, mais uma vez, de uma política do livro, e não da biblioteca, visando estimular a indústria editorial. (PAIVA, 2008, p. 32)

Em essência foi uma política de distribuição de livros, não havendo uma preocupação com o estímulo a leitura ou formação de leitores. Nesse contexto, prevaleceu a construção das bibliotecas públicas, pois o papel dos livros nas escolas era secundário, por isso, dispensáveis: os livros didáticos eram os únicos a receber alguma atenção. Realmente as bibliotecas escolares não foram muito privilegiadas neste período, eram poucas e de baixa qualidade.

O avanço na produção e distribuição de livros, deram início a discussões voltadas à leitura e às bibliotecas, portanto novas políticas direcionadas ao fomento da leitura começaram a ser pensadas e debatidas. E em outubro de 2003, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 10.753 – a chamada Lei do Livro, que instituiu a Política Nacional do Livro. É uma lei realmente voltada para o livro e sua difusão, onde o mercado livreiro é valorizado, porém também enfatiza a importância do incentivo a leitura. Uma lei que valoriza o livro ao dizer que ele é o “meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento”. No item “I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro”, partindo desta premissa os outros itens propõe ações que assegurem o fortalecimento do mercado editorial e que incentivem os hábitos de leitura. No item “X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro”, é feita uma menção direta as bibliotecas, o que de fato é um avanço, pois reflete uma preocupação do estado com a instituição Biblioteca. (BRASIL, 2003).

A Lei do Livro buscou fortalecer o livro tanto em seu aspecto comercial, quanto em suas potencialidades informativas e culturais. E foi a base para o desenvolvimento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) que foi “instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação. E, em 1º de setembro de 2011, foi instituído por meio do decreto Nº 7.559” (BRASIL, 2012). O PNLL configurou um avanço, pois trouxe um direcionamento aos planos e metas para o livro, leitura e bibliotecas. O Plano busca valorizar a leitura como condição essencial para uma organização social mais justa, sendo assim,

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (BRASIL, 2014)

O Plano apresenta o livro, a leitura e a biblioteca com um papel de destaque no desenvolvimento social. Esta mobilização traz um avanço nas ações voltadas para este fim, pois sacramenta a leitura como parte do

desenvolvimento econômico, social e cultural de um povo, sendo assim é de responsabilidade do Estado criar meios de viabilizar sua difusão, incentivando e provendo sua manutenção. As diretrizes que instituem o PNLL nasceram depois de debates e mobilizações que aconteceram em 2005 no VivaLeitura,

O Plano Nacional do Livro e Leitura teve sua origem em mais de 150 reuniões públicas em todo o País nos anos de 2005 e 2006, ocasião em que sugestões para o Plano eram colhidas. Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. (BRASIL, 2012)

As bases do PNLL nasceram a partir de debates, onde foram ouvidos todos que trabalham com o livro de forma direta ou indireta, mas buscou da mesma forma, ouvir o que a sociedade pensava sobre este tema. Da mesma forma que o PNE, o PNLL busca vencer os desafios através da cooperação entre as esferas governamentais, da iniciativa privada e sociedade civil, assim pode garantir a continuidade das ações propostas, desta forma elas teriam mais condições para uma implementação adequada, obtendo resultados satisfatórios.

Pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, procurando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se tem implementado essas iniciativas em nosso País, desde, pelo menos, o início do século XIX. (BRASIL, 2014)

Para que as políticas voltadas para o livro, leitura e biblioteca caminhem de forma adequada e de maneira uniforme, foram criados eixos que tem por objetivo nortear essas ações, fiscalizar e avaliar seus resultados. Os quatro eixos que orientam a organização do Plano são: Eixo 1 - Democratização do acesso; Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores; Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; Eixo 4 - Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

O Plano usou como referência para a criação de seus eixos, três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela UNESCO como primordiais para o desenvolvimento de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são: educacional

a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;

b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e

c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos; e

e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores. (BRASIL, 2008, p. 19)

Os eixos do PNLL estão estruturados e seu princípios norteadores “têm por base a necessidade de se formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura” (BRASIL, 2008, p. 12). Assim sendo, o livro deve ser direito de todos, independentemente de classes sociais; a leitura deve ser estimulada através da escola e também da família. Neste caso o incentivo para o desenvolvimento das habilidades de leitura fica sob responsabilidade também da família. Fica a cargo do Estado a responsabilidade de facilitar o desenvolvimento das habilidades através de programas que garantam o acesso ao livro.

As bases para o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) tiveram como referência os programas já existentes, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). A partir das ações já desenvolvidas por esses programas, foram propostos debates em

todo o país para encontrar soluções para os problemas existentes e estratégias para incentivar a leitura no Brasil.

Dentre todos os programas que serviram de base para os debates que deram origem ao PNLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), foi o que proporcionou um suporte maior, pois acumulou mais de vinte anos de experiência na realização de projetos voltados para o fomento à leitura “com a promoção de oficinas, cursos, palestras e eventos artístico-culturais das mais diferentes naturezas, pôde fornecer subsídios para o debate em questão.” (BRASIL, 2014) O PROLER foi criado por meio de comitês regionais e desenvolve ações em parceria com a iniciativa privada e com as secretarias estaduais e municipais de cultura e educação pelo país. É definido pelos seus organizadores como “um projeto de valorização social da leitura e da escrita”. O PROLER é vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e ao Ministério da Cultura, e caracteriza-se como um dos mais antigos programas de incentivo ao livro e à leitura, promovido pelo governo federal. Foi instituído há vinte e três anos pelo Decreto nº. 519 e instalado na Casa da Leitura, sediada no Rio de Janeiro.

A Casa da Leitura tem como meta mobilizar e difundir ações de promoção de leitura. Isso se faz através de assessorias, consultorias, fóruns de discussões, cursos e oficinas, debates, seminários, palestras e eventos diversos - todos priorizando a formação de profissionais promotores de leitura, ou seja, professores de sala de aula, bibliotecários e demais mediadores de leitura, com a finalidade de instrumentalizá-los em suas práticas. Todas as ações desenvolvidas buscam uma integração entre as atividades da Casa da Leitura e o trabalho nas bibliotecas, tendo como objetivo final a formação do leitor e a democratização do acesso ao texto literário. (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010)

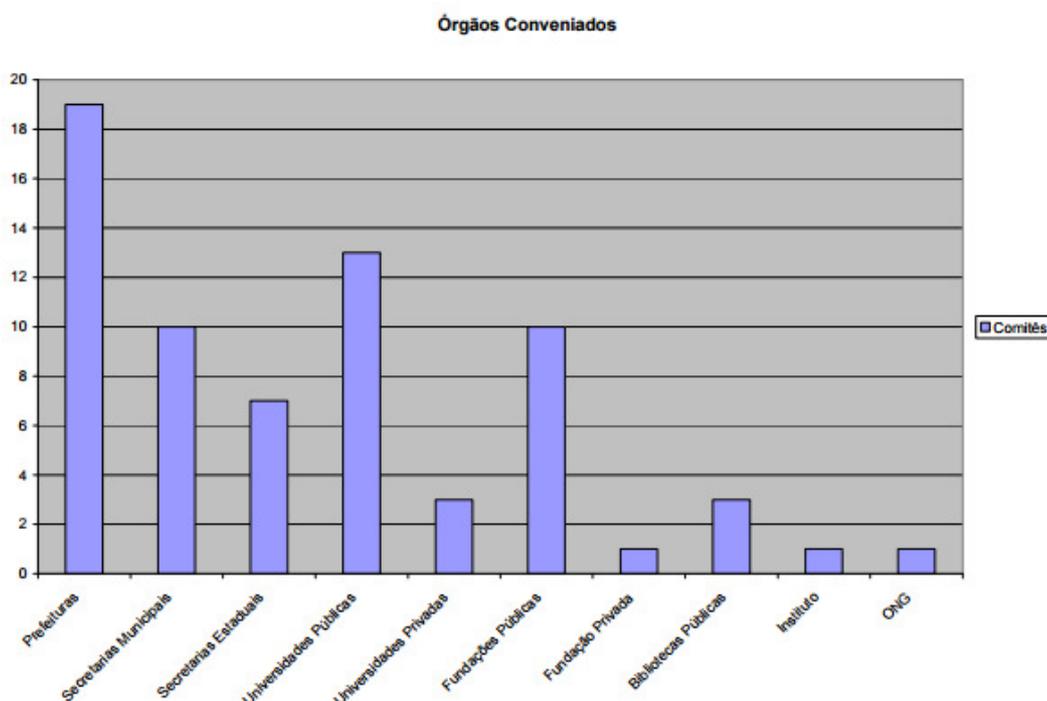
O Ministério da Cultura criou este Programa com o intuito de fortalecer a leitura e os bibliotecários das bibliotecas públicas, pois [...] “ao oferecer formação para bibliotecários de bibliotecas públicas contribuiu indiretamente para apoiar essa instituição” (MACHADO, 2010, p. 101).

Ao afirmar a valorização e democratização da leitura como uma de suas principais metas, a Fundação Biblioteca Nacional contribuiu para a elaboração de uma política pública de formação de leitores com os seguintes objetivos, de acordo com ENJIU (2012, p. 20): promover o interesse pelo hábito da leitura; estruturar uma rede de projetos para concretizar as práticas leitoras; criar condições de acesso ao livro em vários espaços sociais.

O PROLER pode ser qualificado como uma política que circula em muitas esferas políticas e sociais. Através de seus 70 comitês espalhados pelo Brasil criou ações que:

[...] foram múltiplas e plurais e guardam relação com o perfil do Coordenador do Comitê e/ou da instituição conveniada com a Fundação Biblioteca Nacional. Os Comitês que atuaram no período estão vinculados a: Prefeituras; Secretarias Municipais; Secretarias Estaduais; Universidades Públicas e Privadas; Fundações Públicas e Privadas; Bibliotecas Públicas, Instituto Educacional e Organização Não Governamental. (BRASIL, 2010, p. 8)

O gráfico abaixo ilustra a distribuição destes órgãos vinculados à FBN:



Fonte: PROLER 2010

O gráfico revela como o programa consegue, através de seus comitês, alcançar muitas esferas sociais e assim desenvolver projetos que possam, em teoria, se aproximar mais dos vários nichos culturais, sociais e econômicos, valorizando a participação e o debate. “Essa proposta de cooperação conciliava a descentralização dos projetos de leitura com sua consequente inter-relação, sistematizando atividades e assegurando recursos que fortalecessem a sua continuidade” (ENJIU, 2012, p. 21). A modalidade de trabalho integrado permitiu a vinculação dos comitês ao PROLER por um termo de parceria que favorece o intercâmbio e a troca de experiências. “Dessa forma, o PROLER assegura a continuidade das ações locais e ressalta o

reconhecimento de que os comitês, em seu conjunto, dão materialidade às ações do programa” (ENJIU, 2012, p. 21).

O PROLER trabalha com quatro vertentes que norteiam as ações a serem desenvolvidas pelos comitês. A primeira vertente preza pela formação continuada de professores, gestores e bibliotecários, pois exercem um papel central como promotores da leitura: “Sua orientação é a de que essa formação deve ser implementada com a finalidade de questionar, por meio da troca de experiências e conhecimentos, as suas práticas pedagógicas” (ENJIU, 2012, p. 21). A segunda vertente visa à articulação política e institucional, buscando mobilizar parceiros que se ajudem nas ações de valorização da leitura. A terceira vertente “propõe a criação de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, considerando-as como núcleos difusores de ideias e conhecimentos e potenciais centros de formação de leitores” (ENJIU, 2012, p. 21). E por último a quarta vertente dá atenção especial aos materiais pedagógicos, através da produção e gravações audiovisuais, publicações em meio digital e impresso.

O Programa passou por mudanças para atender de forma mais intensa a comunidade escolar e as bibliotecas, que passaram a ser tratadas como espaço prioritário das ações.

Para essa mudança, o PROLER baseou-se em dados da realidade:

- o fato de que a sociedade brasileira convivia com uma escola cujos resultados apontavam para a fragilidade da intervenção pedagógica;
- a precariedade de serviços bibliotecários;
- a constatação de que a leitura decorrente dos processos de escolarização não resultava em possibilidade real de inserção dos sujeitos no mundo da informação, nem, conseqüentemente, contribuía para tornar efetivo o exercício da cidadania. (ENJIU, 2012, p. 23)

Com essas mudanças o programa pretendeu tornar a leitura presente em vários espaços sociais e com isso torná-la parte do cotidiano, ou seja, um hábito. “Ao mesmo tempo, almejava preservar a primazia da leitura na escola, reformular a relação da escola com a leitura para retirá-la do seu confinamento disciplinar e apresentá-la como elemento comum a todas as formas do conhecimento” (ENJIU, 2012, p. 23). O Programa busca aproximar o aluno do livro, porém de maneira construtiva, mostrando que a leitura além de ser de extrema importância para a vida em sociedade, é um hábito agradável que gera muitos benefícios. O PROLER passou a fazer parte do PNLL, e foi

inserido no Eixo 3 deste plano, o “PROLER, que na década de 1990 era o principal programa de leitura do governo federal, passou a ser apenas uma das diversas ações previstas no PNLL, que se propõe a ser uma política ainda mais abrangente” (OLIVEIRA, 2011, p.52).

Outro programa que foi inserido no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que está em vigor desde 1997, sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, com recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União.

O PNBE foi criado com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura, através da distribuição de acervos para as escolas cadastradas. “O modelo de intervenção adotado vem historicamente privilegiando um único aspecto que compõe uma política de formação de leitores: a compra e a distribuição de livros às escolas e aos alunos” (BRASIL, 2008, p. 7). O PNBE é um programa de distribuição de livros, porém faz parte de uma política de formação de leitores. Ele integra junto com outros programas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) as ações do PNLL para difusão do livro.

A distribuição dos acervos se dá conforme o número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino. Abaixo podemos entender melhor quais os parâmetros de distribuição:

Educação infantil	
Escolas que tenham até 150 alunos	1 acervo com 20 títulos
Escolas que tenham entre 151 e 300 alunos	2 acervos com 40 títulos
Escolas que tenham mais de 301 alunos	3 acervos com 60 títulos

Ensino fundamental – séries iniciais	
Escolas com até 250 alunos	1 acervo com 20 livros
Escolas que tenham de 251 a 500 alunos	2 acervos com 40 títulos
Escolas que tenham de 501 a 750 alunos	3 acervos com 60 títulos
Escolas que tenham de 751 a 1.000 alunos	4 acervos com 80 títulos

Escolas que tenham mais de mil alunos	5 acervos com 100 títulos
---------------------------------------	---------------------------

Ensino Médio	
Escolas que tenham até 500 alunos	1 acervo (139 livros)
Escolas de 501 a 1000 alunos	2 acervos (278 livros)
Escolas acima de 1mil alunos	3 acervos (417 livros)

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Os livros que compõem os acervos são selecionados desde 2006 pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da UFMG em parceria com pareceristas de 14 estados brasileiros que fazem “a seleção de obras para a composição de acervos, o que permite a distribuição de livros de literatura para todas as escolas públicas do país, visando o estímulo à leitura e a formação de leitores” (PAIVA, 2012, p. 301). O acervo é composto por “títulos de diversos gêneros literários, como crônica, novela, romance, bibliografia, teatro, poema, livros de imagens, histórias em quadrinhos, entre outros” (BRASIL, 2015). O acervo é distribuído às escolas de acordo com a seguinte organização: nos anos ímpares, são feitas remessas para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio e, nos anos pares, as remessas são feitas para a educação infantil, para os anos iniciais do ensino fundamental e para a educação de jovens e adultos. Como podemos observar na tabela abaixo,

Ano de Aquisição	Segmento de Ensino	Acervos Distribuídos	Escolas Beneficiadas	Alunos Atendidos	Livros Distribuídos	Investimento Total R\$
PNBE 2014	Educação Infantil Creche	168.366	32.820	1.731.572	4.209.150	17.730.630,46
	Educação Infantil Pré-Escola	325.144	79.949	3.645.572	7.966.028	32.807.029,60
	Fundamental do 1º ao 5º ano	226.252	104.745	13.226.845	5.599.737	31.616.454,48
	Educação de Jovens e Adultos - EJA	64.764	36.006	3.589.440	1.619.100	10.208.749,32
PNBE 2013	Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	50.556	86.794	12.339.656	5.207.647	56.677.338,63
	Ensino Médio	19.144	36.981	8.780.436	2.218.884	29.704.045,58

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

A política de formação de leitores engloba muitas frentes e somente a distribuição de livros não significa formar leitores. Com base nesse pressuposto o Ministério da Educação realizou uma pesquisa avaliativa sobre PNBE. A pesquisa teve como objetivo obter informações sobre o que estava sendo feito com livros que foram encaminhados às escolas e se o Programa teve um

impacto na formação de leitores. “O objetivo do Ministério da Educação ao divulgar o resultado dessa pesquisa é contribuir para a reflexão de gestores e professores no que diz respeito às práticas de leitura que se desenvolvem na escola” (BRASIL, 2008, p. 7). É necessário que se repense o papel da biblioteca, melhorando o seu espaço físico, integrando a biblioteca escolar a dinâmica da escola “como ambiente central aos processos de aprendizagem e de disseminação de informação” (BRASIL, 2008, p. 8). Não é só repensar as práticas de leitura que são desenvolvidas na escola, é necessário também repensar “o papel da biblioteca no projeto político-pedagógico das escolas, transformando-a em um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura (BRASIL, 2008, p. 8). Os resultados obtidos pelo Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) demonstraram que só a distribuição de livros não é suficiente para formar leitores, como podemos ver a seguir:

Considerando os baixos resultados apresentados pelos alunos das escolas públicas do ensino fundamental em avaliações como o PISA e os dados críticos levantados pelo Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB sobre os indicadores de desempenho em leitura das crianças ao final dos primeiros e dos últimos anos do ensino fundamental, constata-se que a distribuição de acervos às escolas, alunos e professores pelo PNBE vem cumprindo de forma tímida sua função de promover a inserção dos alunos na cultura letrada. Embora fundamental para a implantação de uma política de formação de leitores, o Programa deve ser entendido como uma das ações dessa política que está estruturada em dois eixos principais: (1) Qualificação dos recursos humanos e (2) Ampliação do acesso a materiais de leitura diversificados. (BRASIL, 2008, p. 7)

A ampliação do acesso aos materiais não é suficiente, pois é necessário que os professores e gestores das escolas passem por ciclos de preparação para que atuem de forma eficaz. Pois “não é a distribuição de acervos que muda as práticas dos professores quanto ao uso dos livros de literatura nas atividades pedagógicas, nem muda nos sujeitos a compreensão do que lêem, melhorando sua apropriação de sentidos” (BRASIL, 2008, p. 20). Portanto, é fundamental a conscientização do ideal imbuído no programa, caso contrário, o material não terá um uso adequado. Para além desta premissa, devemos ter em mente a real situação das bibliotecas escolares no Brasil, pois quando existem estão sucateadas ou sob os cuidados de pessoas não qualificadas para a função que lhes é atribuída.

Outro aspecto que deve ser lembrado é a cultura do livro didático, que acaba por aprisionar alunos e professor sob o ideal de que o livro didático é único provedor e meio de obter conhecimento.

Portanto, a publicação de livros didáticos não apenas se impôs às políticas públicas, mas impôs um modo de ser pedagógico, um modo de ser professor e um modo de ser estudante nas escolas brasileiras que, sem dúvida, interessam ao mercado editorial sobremaneira, mas tem deixado fraturas expostas na formação de crianças, adolescentes e jovens como leitores e escritores e aprisionado na mesma teia seus professores (BRASIL, 2008, p. 21).

A ideologia do “livro central” acaba por coibir outras maneiras de trazer o conhecimento para a sala de aula. Essa maneira de ensinar cria um comodismo por parte dos professores, com reflexo nos alunos, que acabam reproduzindo este ideal, e ficam limitados ao livro didático e não procuram outras fontes de conhecimento. A pesquisa diagnóstica do PNBE pôde constatar a “dificuldade dos professores para trabalharem com os acervos; a ausência quase total de formação que permita a esses profissionais refletir sobre sua prática pedagógica” (BRASIL, 2008, p. 21). Constatou também que,

A ausência de uma política de formação de leitores e de esclarecimentos suficientes sobre as finalidades educativas do PNBE possibilitou a ambigüidade que se percebeu existir nas escolas, de não diferenciação entre livro didático, paradidático e obra de referência e livro de literatura. A lógica que se percebeu de tratamento das obras literárias deixou de valorizar o lúdico, a fantasia, a imaginação, para enformar a fruição do gênero literário nos moldes escolares (BRASIL, 2008, p. 127).

A falta de uma política para a formação de leitores e o não esclarecimento da finalidade do PNBE prejudicou o seu desenvolvimento, pois os livros foram armazenados nas escolas, sem uma reflexão ou inserção nos programas pedagógicos. A avaliação diagnóstica mostrou que a maioria dos gestores e professores não tinham conhecimento da existência do PNBE. Outro dado alarmante foi à ausência de biblioteca nas escolas pesquisadas, muitas armazenavam os livros na secretaria ou na sala dos professores. Para que uma política de distribuição de livros para bibliotecas escolares, quando no Brasil elas não existem ou estão em péssimas condições? Para que de fato o PNBE tenha relevância é preciso medidas que garantam a implementação e o funcionamento das bibliotecas escolares.

No ano de 2010 foi instituída a Lei Nº 12.244, conhecida como a lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, que determina a obrigatoriedade

das bibliotecas escolares nas instituições de ensino no país, tanto as escolas públicas quanto as escolas privadas, e que tenham um profissional bibliotecário responsável por ela. No art. 2 ela descreve como deve ser o acervo e as ações a serem executadas para um bom funcionamento da biblioteca escolar. O art. 3 afirma que as escolas têm o prazo de 10 anos para se adequar a lei,

Art. 3o Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário (BRASIL, 2010).

Uma lei otimista? Se pensarmos no atual estado das escolas públicas fica difícil imaginar tal façanha, pois “um total de 128.020 bibliotecas deveriam ser construídas entre 2011 e 2020 nas escolas brasileiras para atender a Lei 12.244, de maio de 2010” (MATOS, 2015, p. 5). Além da construção de novas bibliotecas, elas precisam ter um acervo composto de um título para cada aluno matriculado e, desenvolver ações para sua organização,

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010).

A pesquisa diagnóstica do PNBE revelou a falta de interesse ou de conhecimento do potencial da biblioteca escolar, por parte dos professores e gestores, sendo assim os “esforços progressivos” que a lei exige dos sistemas de ensino podem não acontecer de fato. A responsabilidade para a construção das bibliotecas na rede pública é do Estado, porém sem a devida conscientização dos gestores sobre a importância da lei, ficará difícil alcançar os objetivos traçados no prazo estabelecido.

O “Todos pela Educação”, movimento da sociedade civil, que tem como força os dirigentes empresariais, fez um estudo sobre a Lei da Universalização das Bibliotecas e descobriu que a pior situação se encontra nas escolas das redes municipais “hoje, apenas 19% das 123.609 escolas municipais apresentam biblioteca” (MANDELI, 2013). Será um desafio criar tantas bibliotecas, porém mesmo assim, há escolas sendo construídas sem elas “um dos grandes absurdos é que muitas escolas foram construídas sem biblioteca depois da vigência da lei”, afirma Priscila Cruz, diretora-executiva do “Todos Pela Educação” (MANDELI, 2013). De acordo com ela uma possível explicação

para situação das escolas municipais é o fato de não terem espaço para isso, pois o ambiente da escola não comporta bibliotecas, ou seja, “Como a biblioteca demanda um espaço físico, acaba sendo deixada de lado para dar lugar a salas de aula” (MANDELI, 2013). De fato, o desafio é grande e para que possa ser vencido é preciso ter vontade e estrutura para tal.

4 METODOLOGIA

A investigação proposta contemplou a análise dos referenciais teóricos que contextualizam e fundamentam as discussões sobre a aplicabilidade da política pública de incentivo ao livro e à leitura.

Para efeito de comparação e entendimento do que mudou nestes anos em que o PNBE está em vigor. Será feito um estudo comparativo entre os dados obtidos em nossa pesquisa, com os aspectos levantados na Avaliação Diagnóstica do PNBE, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por pesquisadores ligados à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) e, por fim, dados coletados pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Como a avaliação diagnóstica completa dez anos em 2015, achamos relevante buscar dados que mostrem se os aspectos levantados por ela ainda servem de referência.

Nossa pesquisa teve como objetivo descobrir como a uma escola municipal de Niterói entende o PNBE, faz uso dos livros distribuídos e se os aspectos levantados na avaliação diagnóstica feita em 2005 ainda são perceptíveis. Segundo Minayo (2006, p.54), “o conhecimento científico se produz pela busca de articulação entre teoria e realidade empírica”. Esse método é eficaz, pois torna possível a abordagem das práticas, a partir de questionamentos levantados pelo investigador. Por isso, buscamos relacionar a teoria e a prática para levar a cabo a execução da proposta da pesquisa.

A pesquisa se apoiou em um estudo de caso, através da observação participante. Através da utilização de entrevista semi-estruturada, pudemos aprofundar as reflexões sobre os fatores que possam interferir no entendimento e desenvolvimento da política que foi alvo da pesquisa. E através da observação, conseguimos perceber a realidade da escola e confrontar a pesquisa feita nos referenciais teóricos. Sendo assim, buscamos aproximar as macro avaliações feitas pela Avaliação Diagnóstica do PNBE, com a realidade verificada em uma escola do município de Niterói.

A partir dos dados coletados criamos dez tópicos de análises, que foram comparados com as 13 categorias da Avaliação Diagnóstica do PNBE, assim, conseguimos confrontar os dados obtidos em 2005, com a realidade desta

escola municipal. A entrevista foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, pois “além de se aprofundar no entendimento do fenômeno estudado considera as percepções das pessoas envolvidas no mesmo” (GUIMARÃES, 2010, p. 61). E o método qualitativo mostrou-se o mais adequado para atingirmos o nosso objetivo, pois segundo Minayo (2006, p. 57),

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Por esse motivo, acreditamos que a pesquisa qualitativa nos permitirá maior liberdade para obter as interpretações dos sujeitos acerca de suas crenças e percepções, pois “a pesquisa qualitativa envolve um contato direto do pesquisador com a situação estudada, um contato mais prolongado com o ambiente pesquisado e um profundo conhecimento da situação do objeto de estudo” (GUIMARÃES, 2010, p. 61). A pesquisa empírica foi feita em uma escola pública, escolhida de acordo com critérios previamente estabelecidos e, com base na relação das escolas cadastradas pelo PNBE no município de Niterói. Por meio da amostragem, foi possível verificar o desenvolvimento do PNBE no ambiente de uma escola pública.

5 NO CAMPO EMPÍRICO

Para entendermos o contexto em que a Escola Heitor Villa Lobos está inserida, achamos oportuno fazer um breve histórico do município de Niterói.

O município de Niterói é geograficamente dividido em cinquenta e dois bairros e conta com 487.562 habitantes (IBGE, 2010) e “a data oficial de fundação da cidade de Niterói, estabelecida através da Deliberação n.º 106, de 10 de março de 1909, é 22 de novembro de 1573.” (SECRETARIA DE CULTURA NITERÓI, 2013). Niterói que era conhecida como Vila da Praia Grande; teve um papel de destaque no Período Regencial, pois a Carta de Lei nº 2, de 26 de março de 1835, decretou que a Vila da Praia Grande seria a nova Capital da Província do Rio de Janeiro.

Automaticamente, por ser a nova capital, a Vila da Praia Grande estaria elevada à condição de cidade. No entanto, a Assembléia houve por bem estabelecer essa nova condição em decreto especial e, em 28 de março, foi assinada a Carta de Lei nº6, que estabeleceu que a antiga Vila Real da Praia Grande passaria a chamar-se Nictheroy, nome sugerido por Joaquim Francisco Viana. (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013)

No período do segundo reinado, em 22 de agosto de 1841, através do Decreto nº93; Niterói recebeu o seu segundo título de nobreza, passando a ser “Imperial Cidade”. “O jovem imperador, Dom Pedro II, demonstrou sempre certo apreço pela cidade, visitando-a várias vezes” (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). Mesmo durante a República, quando a família imperial encontrava-se em exílio, foram mantidas as doações à instituições filantrópicas do município.

Niterói tinha uma indústria naval crescente e uma sociedade ativa, que contava com teatros, praças e muitas comemorações eram ali realizadas. Com o advento da República, Niterói que era a capital, foi alvo de revolta armada e bombardeios. Estes acontecimentos afetaram a vida na região e fizeram com que a maior parte da população fugisse para as zonas rurais, o que ocasionou a transferência da Capital do Estado para Teresópolis.

A armada inicia bombardeios à capital federal e procura ocupar o Laboratório Pirotécnico da Marinha, na Ponta d'Areia. Graças ao coronel de polícia, Fonseca Ramos, os revoltosos são rechaçados. Começam, então, bombardeios contra Niterói. Os bombardeios fizeram grande estrago na cidade e a vida urbana se viu convulsionada. A população, temerosa, foge para o interior. No entanto, todas as tentativas de invasão da cidade foram

corajosamente reprimidas. A Revolta faz precipitar a transferência da capital do Estado, já decidida desde 1890. Teresópolis havia sido escolhida para ser a nova capital, mas, em 1894, no auge da Revolta, decide-se transferir a capital em regime de urgência para a cidade de Petrópolis (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013).

Passado o perigo, a cidade se recompôs e a população pediu a volta da capital. “Em 1902 a Assembléia Legislativa solicita ao presidente do Estado, Quintino Bocaiúva que estabeleça, novamente, a capital em Niterói” (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). Então, em 4 de agosto de 1902 o governo declarou a retomada de Niterói da condição de capital do Estado. “As décadas que se seguiram à Revolução de 1930 trouxeram novos ventos de desenvolvimento: abriu-se o túnel ligando Icaraí a São Francisco; ruas foram pavimentadas; jardins e parques foram construídos” (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). Porém na década de 1970 com a construção da ponte que ligava Niterói ao Rio de Janeiro houve “a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. O novo Estado do Rio de Janeiro passa a ter como capital a cidade do Rio de Janeiro e Niterói perde, de vez, a condição de capital.” (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). A mudança de condição trouxe muitos desafios econômicos e sociais para o município que, no final da década de 1980, mostrou-se um promissor pólo turístico. Novos espaços culturais foram construídos e outros, que foram muito importantes para a história da região, foram restaurados. Pesquisa feita pelo IBGE (2010) revelou que em 2010, a taxa de urbanização correspondia a 100% e que o município,

Possui um PIB no valor de um pouco mais de 11 bilhões de reais (2010), representando 2,8% em relação ao estado, e PIB per capita em cerca de 23 mil reais (2010). Encontra-se na sétima posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios no Brasil, com índice de 0,837, e ocupa o primeiro lugar no Estado do Rio de Janeiro. O IDH é uma medida que considera três indicadores de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2015, p. 6)

O histórico do município de Niterói, o torna uma boa opção para uma pesquisa sobre políticas públicas, principalmente no que se refere à educação. A cidade figurou por muitos anos como importante centro político e industrial e teve investimento estatal para a criação de sua infra-estrutura. Por muitos anos

teve bons índices de desenvolvimento humano, chegando a ocupar o primeiro lugar no *ranking* estadual.

A Rede Municipal de educação de Niterói atende a 29.634 alunos e neste ano de 2015 foram oferecidas mais de 7 mil vagas para o segmento da educação infantil e fundamental.

(...) através do Programa Criança na Creche, o município possui convênio com 24 Creches Comunitárias, atendendo à faixa etária de 2 a 5 anos de idade. Em números, a Rede pode ser representada por um quantitativo de 40 Unidades de Educação Infantil, sendo 35 de horário integral e apenas 05 de horário parcial, 49 Unidades de Ensino Fundamental, sendo 3 em horário integral. Ainda oferece Unidades de Educação de Jovens e Adultos (noturno). A Rede Municipal de Educação de Niterói, cujo montante total de unidades atende a aproximadamente 29.634 alunos, munícipes de Niterói e oriundos de municípios adjacentes, apresenta ainda o quantitativo de 2.267 alunos nas Creches Comunitárias. No que se refere ao quantitativo de professores, a rede municipal conta com 1.403 professores, 1.093 no ensino fundamental e 310 no ensino pré-escola (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 2015, p. 6)

No ano de 2015, acontecerá a III Conferência Municipal de Educação de Niterói, aprovada pela Deliberação CME nº 028/2014, publicada em 30 de dezembro de 2014, que estabelece critérios e diretrizes para a realização do evento. A Conferência tem como meta estabelecer parâmetros para a criação do Plano Municipal de Educação de Niterói, atendendo as deliberações do Plano Nacional de Educação que determinou o prazo de um ano para os municípios elaborarem e revisarem seus Planos para a Educação. Por tudo que foi exposto sobre o município e pelo fato do Estado do Rio de Janeiro não ter sido escolhido para a Avaliação Diagnóstica do PNBE em 2005, resolvemos desenvolver a pesquisa em uma biblioteca escolar da rede municipal de Niterói. Para assim, levantar dados, que possam nos dar as pistas certas, para entendermos como o PNBE é recebido nas escolas e qual a sua aceitação.

5.1 O AMBIENTE DO ESTUDO: A ESCOLA MUNICIPAL HEITOR VILLA LOBOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi escolhida como ambiente do estudo a Escola Municipal Heitor Villa Lobos, localizada no Bairro da Ilha da Conceição em Niterói. A Ilha da Conceição tem uma população de 6438

habitantes (IBGE, 2000), que em sua maioria sobrevivem da pesca ou dos empregos oferecidos pelos inúmeros estaleiros que funcionam na região. No início deste século, a indústria naval se estabeleceu, “estreitada com a construção do Porto de Niterói, inaugurado em 1927. Esta relação se manteve quando a ilha se ligou ao continente, em 1958.” (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). Com o incremento da industrialização, muitos imigrantes mudaram para a região e o local passou a ser moradia dos operários das ferrovias, estaleiros e também dos pescadores locais. Os portugueses foram os que mais imigraram, por isso, a Ilha da Conceição é considerada uma colônia portuguesa.

A Ilha da Conceição é considerada uma colônia portuguesa, cuja presença é marcada pela tradicional festa de Nossa Senhora da Conceição, que peculiarmente tem a comissão de organização constituída com paridade entre portugueses e brasileiros. (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013)

Até hoje a região é movimentada pela indústria naval e pela pesca. Além da colônia portuguesa, a Ilha da Conceição também é conhecida por sua colônia de pescadores. Hoje a região conta com duas escolas: a “Escola Estadual Zuleika Raposo Valladares, cuja primeira etapa foi construída através de recursos obtidos pelos próprios moradores”. (SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI, 2013). Em 1978 foi inaugurada a Escola Municipal Heitor Villa Lobos, que até o mês de maio de 2015, contava com 581 alunos matriculados em três turnos e oferece ensino fundamental a partir das séries iniciais, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA).

A Escola Heitor Villa Lobos foi escolhida como campo empírico, pois é uma das poucas escolas da região, que contam com um espaço minimamente adequado para a biblioteca, além de estar vinculada ao PNBE desde 2005. Por conta disso, temos uma margem de dez anos para melhor observar o desenvolvimento do Programa no ambiente escolar.

Para efeito da pesquisa entrevistamos a diretora e a responsável pela biblioteca, que é uma professora readaptada, e tem formação em Biblioteconomia. Nas visitas que foram feitas, foi possível notar que a escola encontra-se bem conservada e a biblioteca escolar em questão, chama-se Raul Villa Lobos.

A biblioteca tem um acervo modesto, que atende desde as séries iniciais até a turma de EJA. O acervo é formado por livros infanto-juvenis, contos de fadas, romances, livros didáticos, revistas, jogos educativos e uma videoteca. Abaixo podemos ver parte do acervo:



Fotos da biblioteca escolar Raul Villa Lobos

O acervo foi formado pelos livros enviados pela Fundação Municipal de Educação, pelo PNBE e através de doações da comunidade, professores e da própria bibliotecária. De acordo com a bibliotecária o acervo não é suficiente e as condições físicas da biblioteca poderiam ser melhores. O ideal, segundo ela, seria uma sala mais ampla, um espaço para que ela possa realizar o processamento técnico, mesas e cadeiras mais confortáveis e equipamentos mais modernos. As cadeiras e as mesas são de ferro e um pouco baixas, o que torna desconfortável, ficar muito tempo sentado, principalmente os jovens e adultos.



Foto da biblioteca escolar Raul Villa Lobos

A bibliotecária desenvolve projetos para aproximar os alunos da biblioteca, passa filmes, visita as salas de aula e mostra os livros; durante o intervalo entre as aulas, oferece uma atividade diferente: jogos, desenhos e

contação de histórias. Abaixo podemos ver um “cantinho especial” onde são oferecidas as atividades.



Foto da biblioteca escolar Raul Villa Lobos

Apesar de funcionar em uma sala pequena, a biblioteca é relativamente organizada, conta com ar-condicionado, janelas amplas e boa iluminação. No tempo que passamos lá, percebemos que é grande o número de alunos que a utilizam.

5.2 O TRABALHO COM OS DADOS: A TEORIA NA PRÁTICA

Com o intuito de melhor apreciar os dados obtidos, optamos por um estudo comparativo. Usaremos como base para este estudo de caso, a nossa pesquisa, feita através da observação participativa e a Avaliação Diagnóstica do PNBE. A avaliação foi feita em escala nacional em macro avaliações, embasadas por estrutura padronizada e pré determinada, chamada de Guia do Pesquisador, que funcionou como um roteiro, como podemos ver abaixo:

Um Guia do Pesquisador orientou os trabalhos da pesquisa, desde o projeto elaborado, passando por indicadores, modos de observação e toda a discussão sobre a metodologia para desenvolvê-lo: roteiros de entrevistas com os diversos sujeitos, roteiros de grupos focais, listagens de escolas, orientações quanto ao trabalho de campo e para a elaboração do relatório final, além de ofício de apresentação dos pesquisadores preparado pelo MEC, em apoio à negociação do trabalho de campo. (BRASIL, 2008, p.26)

A Avaliação Diagnóstica do PNBE foi feita por amostragem e contemplou as cinco regiões geográficas do Brasil, “a seleção apontou a escolha de 102 escolas nas capitais e 94 nos demais municípios num raio de até 100 km. A seleção dos municípios em cada estado baseou-se nos dois/três municípios com maior probabilidade” (BRASIL, 2008, p.26), tal como explicitado abaixo:

REGIÕES	ESTADOS	MUNICÍPIOS	ESCOLAS
Norte	Pará	Belém - Ananindeua	25
		Castanhal	5
Nordeste	Bahia	Salvador	15
		Camaçari	9
	Ceará	Fortaleza	17
		Caucaia	15
	Sergipe	Aracaju	6
		Lagarto	4
Centro-Oeste	Goiás	Goiânia	10
		Anápolis	10
Sudeste	Espírito Santo	Vitória	5
		Vila Velha	7
	Minas Gerais	Belo Horizonte	12
		Betim	9
		Contagem	9
Sul	Rio Grande Do Sul	Porto Alegre	12
		Canoas	13
		Viamão	13
Total	8	19	196

Fonte: Avaliação Diagnóstica do PNBE

Para melhor organização do material levantado, foram criadas categorias avaliativas “essa organização pode ser feita a partir dos próprios achados, que se destacam na leitura das notas, depoimentos, entrevistas, registros, ou seja, de todo o material recolhido no trabalho de campo” (BRASIL, 2008, p. 82). Com base no apanhado geral, foram criadas 13 categorias, como explicitado abaixo:

No caso desta pesquisa, a organização dos achados foi feita em treze categorias, que possibilitam compreender, avaliativamente, a realidade das ações e das práticas pedagógicas na sua complexidade, no tocante ao uso e significações da biblioteca e de acervos literários distribuídos pelo PNBE. (BRASIL, 2008, p. 81)

Para efeito da nossa pesquisa, os dados obtidos serão separados em dez tópicos de análise e seus conteúdos serão comparados com os obtidos em 2005 na Avaliação Diagnóstica do PNBE. Tendo em vista que a pesquisa diagnóstica foi feita em escala nacional, adaptamos seus tópicos para uma maior aproximação com a realidade da escola visitada. Abaixo esquematizamos uma tabela com os tópicos da avaliação diagnóstica e os tópicos de análise esquematizados por nós:

Categorias da Avaliação diagnóstica	Tópicos de análise, adaptados da avaliação diagnóstica
Leitura e condições sociais e culturais	Professores readaptados
Concepções de leitura e escrita e de leitores	Biblioteca fechada e com poucos funcionários
Espaços de leitura nas escolas	Professores que desconhecem o acervo
As crianças e adolescentes que nos escapam: eles não gostam de ler?	O acervo
Atividades/práticas de leitura e currículo;	O espaço da biblioteca
Leitura como fundamento do PPP da escola	Os alunos frequentam a biblioteca
Professores não são leitores?;	A ação das secretarias municipais de educação
Formação docente para trabalhar com os acervos;	Desconhecimento do que seria o PNBE
Formação de gestores para o trabalho com a leitura;	Atividades desenvolvidas na biblioteca
Problematização de livros literários e didáticos;	A biblioteca e o projeto político pedagógico da escola
Práticas e atos de leitura;	
Publicidade de incentivo à leitura;	
Políticas de leitura e descontinuidades – participação local nas escolhas dos acervos; autores regionais; relação mais próxima do MEC com as escolas; investigação da realidade antes da implantação de programas;	

Adaptamos os tópicos a realidade desta escola municipal, porém buscamos manter o caráter elucidativo da realidade de uma biblioteca escolar, levantado na Avaliação Diagnóstica. Em suma, procuramos compreender como esta biblioteca se integra ao ambiente da escola, se tem condições básicas para o seu funcionamento, como trabalha com o PNBE e se de fato este programa já demonstra benefícios aos alunos e aos professores.

1 PROFESSORES READAPTADOS

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

A falta de bibliotecários nas escolas da rede pública de ensino é uma realidade já conhecida e a avaliação diagnóstica do PNBE feita em 2005, apenas fez comprovar essa realidade, pois

Foram encontrados responsáveis por bibliotecas com diferentes formações, abarcando um amplo espectro do conhecimento, assim como profissionais, em muitos casos, sem perfil ou formação adequada. Todos têm exercido atividades pedagógicas no espaço da biblioteca. Em Vitória, observou-se o caso de um docente que compartilhava a responsabilidade pelo atendimento na biblioteca com um servente, que também ajudava na organização do acervo. (BRASIL, 2008, p. 103)

Essas escolas contam geralmente, com funcionários readaptados para administrar a biblioteca escolar. Esses profissionais que deixam a sala de aula “normalmente por motivos de saúde, encontravam-se afastados das atividades de sala de aula ou administrativas” (BRASIL, 2008, p. 75). A pesquisa revelou que em quase todas as escolas visitadas foram encontrados estes profissionais readaptados cuidando das bibliotecas.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

A pesquisa feita na escola situada na Ilha da Conceição revelou o mesmo panorama, com isso a falta de atenção quanto ao profissional que coordena as bibliotecas é uma realidade. Descobrimos que a bibliotecária era professora da escola e, por problemas de saúde precisou ser readaptada; por ter formação em Biblioteconomia, foi alocada na biblioteca. No entanto, ela responde como

professora da escola e não como bibliotecária. Perguntamos se esse processo de readaptação de professores era comum no município, a bibliotecária nos respondeu, que:

O trabalho da professora, as pessoas acham leve, mas não é. São quatro horas falando e tomando conta de mais de 30 crianças. As babás só querem tomar conta de uma criança só, que dá menos trabalho às vezes. [...] então é muito comum que elas tenham problemas de saúde depois de um tempo de magistério [...] até mesmo o fracasso do aluno deprime o professor, muitos não conseguem se desenvolver. Há uma cobrança muito grande e às vezes o professor não tem como resolver aquela questão, com isso vai internalizando e no final ele vem a ter um problema emocional. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal)

A fala da bibliotecária demonstra que a readaptação dos professores é algo presente nas escolas e que deve ser avaliado de forma mais abrangente. Muitos professores são transferidos para as bibliotecas como forma de obter um alívio na pressão emocional ou física. A biblioteca, então, passa a ser um refugio, um lugar de menos pressão, porém é um ambiente que deve ser cultivado dentro dos padrões da escola e que deve ser utilizado de forma consciente, tendo suas potencialidades vivenciadas no dia a dia da escola. A lei da universalização das bibliotecas vigora desde 2010, e institui que toda biblioteca, localizada em uma unidades de ensino, precisa ter um bibliotecário, porém parece que houve pouco progresso nesse aspecto.

2 BIBLIOTECA FECHADA E COM POUCOS FUNCIONÁRIOS

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

A pesquisa revelou o que reflete a literatura, ou seja, que “Os livros estão colocados nas estantes, tem uma pessoa por turno, nem sempre presente, não tem um planejamento para a utilização do acervo existente”. (BRASIL, 2008, p. 46). Também, não há funcionários suficientes para atender as demandas da biblioteca e com isso ela acaba ficando fechada em alguns turnos, o que dificulta muito a utilização da biblioteca escolar, pelos professores e alunos, durante o período de aula. Como podemos ver na citação abaixo:

Nas poucas escolas que contavam com salas de leitura ou biblioteca, esses espaços permanecem fechados durante alguns turnos,

principalmente à noite, sob a alegação de que não dispõem de pessoal específico no quadro de funcionários da escola. (BRASIL, 2008, p. 54)

Mais uma vez a falta de pessoal é citada como empecilho para o bom funcionamento da biblioteca.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

Na primeira entrevista, não tivemos acesso à biblioteca, pois só abre no período da tarde/noite, apesar da escola ter um fluxo intenso de alunos do ensino médio, na parte da manhã. Esses alunos não têm a possibilidade de utilizar a biblioteca no período de aulas, ou com os professores. Pois falta um responsável pela biblioteca no período da manhã. Com isso eles precisam ficar na escola por mais um período ou procurar uma biblioteca pública.

3 PROFESSORES QUE DESCONHECEM O ACERVO

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

A falta de interesse dos professores quanto ao acervo existente na escola foi outro ponto levantado pela avaliação diagnóstica. A pesquisa descobriu que os poucos professores que utilizavam ou apenas se interessavam pelos livros da biblioteca, eram os professores de português e inglês. E que os “(...) professores desconheciam os acervos, mas declaravam que os materiais disponíveis não atendiam as demandas dos estudantes, e que o número de livros era insuficiente” (BRASIL, 2008, p. 60).

Um dado importante destacado por todas as escolas foi o de que os professores não freqüentavam a biblioteca. O bibliotecário de uma escola estadual (...) contou, ainda, que fez uma cesta com a revista Isto É, que a escola assinava. Essa cesta foi colocada na sala dos professores, pois na biblioteca ninguém lia as revistas, mas elas haviam sumido, o que fez o bibliotecário desistir da idéia. (BRASIL, 2008, p. 46)

A maioria das escolas pesquisadas apresentava o mesmo comportamento de descaso pela biblioteca, por parte dos professores. Como

podem influenciar os alunos a criarem o hábito da leitura e o uso da biblioteca escolar, quando eles mesmos não a utilizam?

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

Os professores também não utilizam a biblioteca com frequência; quando o fazem dão preferência aos livros didáticos. A biblioteca oferece atividades de contação de história, filmes e desenhos para as crianças. Os professores marcam hora e levam a turma para participar das atividades. Porém, a maioria das turmas, que participam dessas atividades, é dos primeiros anos do ensino fundamental. *Às vezes a professora faz um planejamento para o final do ano, com autores que nós não temos aqui [...] muitas vezes fica o tema sendo trabalhado mais ou menos* (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal). Este é mais um ponto em comum, o que nos faz pensar que os professores não tem todos os livros que precisam a disposição e também não fazem uma pesquisa prévia na biblioteca, para assim, melhor adaptar o plano de aula a realidade da escola. Os professores desta escola, incentivam que os alunos freqüentem a biblioteca, porém eles próprios não a utilizam ou consultam, muito.

4 O ACERVO

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

O acervo das escolas visitadas era formado em sua maioria, por livros enviados pelo PNBE, por doações e adquirido através de recursos das secretarias municipais de educação. Os acervos também diferiam “quanto ao gênero, havendo escolas com maioria de obras de literatura, outras em que a predominância estava nos didáticos e em obras de referência.” (BRASIL, 2008, p. 57). Outro aspecto levantado foi o destino dado aos livros fornecidos pelo PNBE que se integrou ao existente na escola, não tendo nenhum lugar de destaque, de “sagrado” para ele na biblioteca escolar, e não requerendo, portanto, nenhuma estratégia própria para seu uso. (BRASIL, 2008, p. 69). Não foi identificada presença de política ou plano para a utilização do acervo.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

O mesmo foi observado na Escola selecionada para campo empírico, onde não havia uma proposta para utilização dos livros que compõem o acervo: os livros eram recebidos e incluídos no acervo, sem a apreciação dos professores. O acervo também foi formado pelos livros doados pela comunidade e os enviados pela Fundação Municipal de Educação, porém a maior parte do acervo é formada pelos livros do PNBE.

Não tem muitos livros não, o acervo está, para o meu gosto, ainda pequeno. Porque as crianças querem sempre coisas novas, por isso essa política (PNBE) eu adoro, mesmo que ela venha sem muita explicação, porque eles perguntam: chegou coisa recente? Tem livros novos no acervo? E nem sempre eu tenho o que dizer! Infelizmente são os mesmos livros. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal)

O PNBE tem grande importância na construção desta biblioteca e seus repasses periódicos movimentam o acervo, quase que exclusivamente. Este fato mostra que o programa tem grande influência nas pequenas bibliotecas escolares.

5 O ESPAÇO DA BIBLIOTECA

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

Quanto à qualidade, existência e funcionamento das bibliotecas a pesquisa identificou que, quando existiam, as bibliotecas estavam em péssimo estado de funcionamento, com salas pequenas e com o mobiliário inadequado. “Quanto à disposição dos acervos, em muitos casos os livros estavam desorganizados, estocados em prateleiras ou simplesmente guardados em armários trancados com chave.” (BRASIL, 2008, p. 58). Em resumo, as bibliotecas visitadas, eram depósitos de livros e a maioria em péssimas condições.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

Apesar de a biblioteca funcionar em sala pequena e ter mobiliário pouco confortável, é limpa, bem iluminada, tem boas janelas e ar condicionado. Os

livros estavam organizados de forma adequada, ordenados adequadamente, o que facilita sua utilização. A biblioteca dispõe também de um computador para o trabalho da bibliotecária e aparelho de retro projeção, onde são projetados os vídeos. Porém, por atender a muitas faixas etárias, ela encontra-se neutra na ornamentação, pois o público é muito variado, como nos conta a bibliotecária:

Uma sala dessas por mais bem equipada, arquitetada, até ornamentada com moveis, não é adequada, pois são três bibliotecas na verdade (séries iniciais, ensino médio e EJA). Eu nem ornamentei com enfeites, pois na minha visão o quarto de criança como é? Cheio de bonequinhos e enfeites [...] só que a noite vem um senhor pescador, que chega cansado do trabalho dele e tem que sentar em um lugar assim? [...] com isso a biblioteca parece infantil, parece adulto e um pouco adolescente. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal)

Podemos concluir que, de fato, a biblioteca é mais do que apenas um depósito de livros: assemelha-se ao modelo tradicional de bibliotecas escolares e oferece serviços de rotina. O ambiente organizado faz com que ela seja muito procurada pelos alunos, tanto nos intervalos, quanto depois do horário da aula. Porém para a bibliotecária, a biblioteca poderia ser melhor aproveitada se houvesse um espaço maior, de forma que a biblioteca pudesse ter vários ambientes, para atender ao seu público, de faixa etária tão variada.

6 OS ALUNOS FREQUENTAM A BIBLIOTECA

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

Contrariando a fala de muitos professores e gestores, a pesquisa mostrou que os alunos gostam de ler e de frequentar a biblioteca de suas escolas. Eles desconstruíram alguns conceitos como: “eles são todos iguais”, “são desinteressados”, “não gostam de ler” ou, ainda, como ouvido em um grupo de professores: “quanto menor o poder aquisitivo, menos eles gostam de ler”. (BRASIL, 2008, p. 91) Apesar da falta de estímulo os alunos procuram a biblioteca e apresentam hábitos de leitura, pois a maioria faz empréstimo de livros com frequência. Outro fator apontado como responsável pela maior utilização da biblioteca pelos alunos, foram os livros do PNBE, pois “depois da

distribuição dos kits do PNBE, ficaram ainda mais interessados em literatura, com muitas requisições por mais títulos.” (BRASIL, 2008, p. 91)

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

O estudo revelou que há um comportamento muito aproximado por parte dos alunos que frequentam a biblioteca Raul Villa Lobos, como o revelado na pesquisa diagnóstica do PNBE. A bibliotecária relatou que eles utilizam a biblioteca com frequência, estão sempre pedindo novos títulos, o que acaba sendo um grande desafio, pois o desenvolvimento do acervo não foi planejado pela escola, depende do repasse do governo.

A participação dos professores é muito importante para o incentivo a leitura e a frequência na biblioteca. Na escola visitada, a entrevistada nos diz que:

Eles tem acesso livre e as professoras colaboram, pois elas deixam descer, depois que eles vão ao banheiro, eles descem e vêm a biblioteca e escolhem o livro que querem. Para mim é melhor, porque quando vem no recreio para fazer empréstimo, para mim é um pouco complicado, porque vem muita criança, aí eu me detenho no empréstimo e perco um pouco da visão do que está acontecendo, então eu prefiro que venham em outros horários. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal)

É notável a importância dos professores na construção do hábito da leitura, seja através da utilização do livro em sala de aula, como no incentivo a frequência dos alunos na biblioteca. Quando há essa parceria, temos resultados como os observados nesta escola, onde os alunos participam das atividades da biblioteca e utilizam o acervo periodicamente.

7 A AÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

Este foi um dado que variou muito, pois cada município tinha uma forma específica de interação com a escola. Na Região Sul do país foi detectado grande número de escolas que receberam apoio das secretarias de educação, oferecendo cursos de capacitação para os funcionários ligados às bibliotecas e

aos professores das séries iniciais do ensino fundamental. Outra realidade foi encontrada no município de Goiânia, como veremos a seguir,

Professores e diretores, em maioria absoluta, informaram não terem participado de cursos de formação continuada relacionados com a leitura e a escrita, e apenas dois auxiliares participaram de projetos de formação continuada voltados à atuação na biblioteca, oferecidos pelo município de Goiânia. (BRASIL, 2008, p. 73)

A falta de organização das secretarias de educação, para lidar com a política de distribuição de livros do PNBE, é considerada por muitos entrevistados como um dos fatores responsáveis pelo PNBE não alcançar o êxito desejado. “Na opinião do especialista, deveria haver contrapartida dos poderes públicos locais para que o projeto obtivesse o êxito desejado e fosse mais do que um simples programa de distribuição de livros.” (BRASIL, 2008, p. 74).

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

A bibliotecária esclareceu que a Fundação Municipal de Educação de Niterói, oferece cursos de capacitação para os funcionários alocados nas bibliotecas escolares do município. Existem debates, encontros e leitura guiada, onde são discutidas maneiras de tornar o ambiente da biblioteca mais integrado ao ambiente da escola. *Nos cursos eles falam de clube da leitura, como é que se faz, a questão da leitura em si, até mesmo como contar uma história para quem está em sala de leitura* (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (informação verbal). Ela esclareceu que a biblioteca recebeu visitas de funcionários da secretaria de educação, que procederam à vistoria no espaço físico e no acervo, com vistas à possível melhoria para atender às demandas da lei da Universalização das Bibliotecas Escolares e, assim, enquadrar as bibliotecas em suas diretrizes.

8 DESCONHECIMENTO DO QUE SERIA O PNBE

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

Outro ponto levantado pela pesquisa diagnóstica do PNBE foi à falta de conhecimento sobre o que seria o programa e a que se destina. E “em praticamente todas as escolas visitadas observou-se um desconhecimento ou, no mínimo, grande dificuldade para identificar e localizar o acervo do PNBE.” (BRASIL, 2008, p. 73). Este foi o primeiro problema detectado pela pesquisa em 2005,

Um primeiro problema detectado pela pesquisa referiu-se às estratégias de comunicação do PNBE, que não conseguiram, efetivamente, fazer com que grande parte dos diretores entrevistados tivesse maiores informações e/ou esclarecimentos sobre os acervos distribuídos. (BRASIL, 2008, p. 112)

A falta de informação foi algo recorrente e foi percebida em todo o Brasil. O PNBE foi considerado desconhecido para aqueles que devem administrar e zelar pelo bom andamento das atividades escolares.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

O primeiro encontro para a realização da pesquisa foi com a diretora, a quem foi dada ciência do caráter da pesquisa. No primeiro momento, foi dado a perceber o que está explicitado na avaliação diagnóstica do PNBE, onde foi constatado que “os diretores foram os profissionais que mais desconheciam o PNBE, entre o pessoal das escolas, seguidos dos professores” (BRASIL, 2008, p.106). Tem-se como exemplo a Diretora da escola que não conhecia o PNBE e afirmou que a escola não havia recebido os livros. Porém através de consulta ao sítio do FNDE, pôde-se constatar que a escola recebe as remessas desde 2005. Da mesma forma, este foi o primeiro problema detectado pela avaliação diagnóstica, o que leva a perceber que caso tenha havido mudanças, foram muito “tímidas”. Não parece haver um esclarecimento adequado sobre o que seria o PNBE, suas metas e propostas.

9 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA BIBLIOTECA

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

O diagnóstico apontou que foram poucas as bibliotecas escolares que desenvolveram atividades com os alunos, até por que não foram identificadas muitas bibliotecas em condição para tal. As atividades oferecidas eram:

(..) contação de histórias; transformação de obras literárias do acervo em histórias em quadrinhos; semanas literárias; saraus literários; encontros com autores locais; momentos de leitura voluntária; confecção de livros; recontos e reescritas individuais e coletivas e gincanas literárias. (BRASIL, 2008, p.100)

Sem atividades que façam uma integração do aluno com a biblioteca, sua utilização fica prejudicada. A biblioteca que não cria meios para estimular o uso, vira um espaço passivo, sempre a espera.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

A bibliotecária criou atividades para tornar a biblioteca “interessante” aos alunos. Ela faz visitas às salas de aula e mostra as novas aquisições, oferece atividades de arte, jogos educativos, filmes, desenhos animados e contação de histórias. Cada dia da semana tem uma atividade específica; os alunos já sabem o que esperar e participam ativamente de todas. Como vemos abaixo:

No horário do recreio são feitas as atividades, pois é o horário onde eles podem sozinhos escolher onde querem ir. Segunda feira eu passo um filminho, toda segunda feira eles já sabem e vêem ver, terça feira são os jogos, baralhos, damas, dominó, jogo da memória. Eu coloco nas mesinha e eles vem, coloco uma musiquinha e eles ficam alegrinhos jogando. Quarta feira não tem porque é a reunião. Quinta feira eu coloco uma história para ouvir e eles desenham o que estão ouvindo. Sexta feira fica para o livro, eu faço ações, separo livros e coloco nas mesas. E com isso aos pouquinhos eu venho criando um recreio feliz na biblioteca. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (Informação verbal)

Ela também organiza exposições na biblioteca com os desenhos e pinturas feitas nas atividades artísticas. Outro ponto positivo é a integração da biblioteca com o dia a dia da escola, como vemos na fala:

A escola estava com problema de comportamento de alunos, que estavam muito agitados. Então eu adquiri o livro “As fadas ensinam amizade”, comprei purpurina, varinha mágica e aquelas anteninhas de fadinhas. Para usar na hora de leitura, assim eles quebram a rotina com a contação da história. Eles vêm como espetáculo, uma atração dentro da biblioteca, assim não passa a idéia de que ir a

biblioteca é algo obrigatório. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (Informação verbal)

A biblioteca dando suporte à parte comportamental mostra um aspecto pouco lembrado, porém muito relevante, que é o de auxiliar e influenciar, as boas práticas comportamentais dos alunos. A biblioteca que funciona de forma ativa pode ser um grande auxiliar nos processos e atividades desenvolvidas na escola, indo muito além de um papel estático e coadjuvante que geralmente lhe é conferido. A bibliotecária entrevistada, busca inserir a biblioteca no contexto da escola, o que possibilita essas ações estratégicas, pois a biblioteca isolada usa muito pouco do seu potencial, ficando a margem das tomadas de decisão na escola.

10 A BIBLIOTECA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

NA PESQUISA DIAGNÓSTICA DO PNBE:

Outro aspecto comum a todas as regiões do país foi a falta de integração da biblioteca com o projeto político pedagógico das escolas “praticamente nenhuma escola apresentou um projeto pedagógico em que a leitura e a biblioteca fossem centrais para o processo de aprendizagem dos estudantes.” (BRASIL, 2008, p.100) Incluir algumas atividades no dia a dia escolar, que envolvam a biblioteca, não significa torná-la parte do processo pedagógico. “Algumas se organizavam nessa direção em suas práticas cotidianas, mas não tomavam essas práticas como finalidades de um outro modo de conceber o projeto da escola, planejado estrategicamente.” (BRASIL, 2008, p.100). Em geral fazem uso da biblioteca apenas como um complemento, não integrando a biblioteca em seus planos estratégicos.

NA ESCOLA HEITOR VILLA LOBOS:

Percebemos similaridade com a pesquisa: a biblioteca existe, é relativamente valorizada e cuidada, porém não há uma integração da biblioteca com o programa político pedagógico da escola. Não há um projeto que

promova a integração da biblioteca com a sala de aula ou o fomento à leitura.

Como nos relata a bibliotecária:

No geral não tem (projeto de incentivo a leitura e formação de leitores) eu tenho feito a minha parte e as pessoas estão correspondendo [...] eu sempre estou expondo aquilo que eu faço, deixando as professoras virem [...] mas é interessante a própria escola ter sua política de formação até de acervo. (BIBLIOTECÁRIA, 2015) (Informação verbal).

Todas as ações desenvolvidas foram fruto do intercambio da bibliotecária com os professores, que incluíram as atividades oferecidas pela biblioteca, em seus planos de aula.

5.3. A ANÁLISE DOS DADOS

A análise foi feita de forma comparativa: incluiu os dados levantados na Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2005, e os dados coletados na Biblioteca Escolar Heitor Villa Lobos, integrante da rede pública de ensino do município de Niterói. Foi dado a perceber por meio da coleta no campo empírico, que há muitas similaridades entre os dados, que apontam para o fato de que pouco mudou nos últimos dez anos.

O PNBE é conhecido por poucos e seus livros são inseridos nos acervos sem um projeto ou mesmo sem que os professores tomem conhecimento dele. A Biblioteca Escolar ainda não tem suas potencialidades reconhecidas e não figura como parceira das propostas pedagógicas das escolas. As escolas ainda não dispõem de um ambiente adequado para suas bibliotecas, que não funcionam em tempo integral: seus acervos pouco são renovados e, mesmo assim, os alunos procuram a Biblioteca e demonstram interesse pelo espaço e suas atividades.

O prazo de dez anos para concretização da Lei 12.244/10, que versa sobre a universalização das bibliotecas escolares, nos parece muito otimista, pois com tantos desafios, seria necessário tempo e esforço muito maiores para que a Biblioteca possa se adequar às metas estabelecidas. A pesquisa de campo apenas confirmou os dados encontrados pela Avaliação Diagnóstica do PNBE, ou seja, revelou que as bibliotecas escolares ainda estão aquém do ideal e que todo esforço é necessário para melhorar sua atual situação. Porém nos revelou que a existência de funcionários comprometidos e conscientes, da

função educativa da biblioteca, pode mudar esta realidade. Em nossa pesquisa pudemos conhecer uma biblioteca escolar, da rede municipal de ensino, que com todas as dificuldades existentes para se manter, alcançou bons resultados, que com muita boa vontade, por parte da bibliotecária, consegue cativar o leitor e oferecer uma biblioteca lúdica e cativante. Fato que pudemos comprovar, pelo intenso fluxo de alunos na biblioteca, procurando esse espaço, no tempo em que estivemos lá.

Infelizmente não foi possível avaliar o desempenho do PNBE, pois até o momento, este programa não ganhou transparência na Escola. Talvez seja um dos motivos de não estar inserido nas atividades escolares, como previsto em sua concepção. Porém não podemos deixar de lado um ponto positivo: serve de exemplo a política de distribuição de livros, a cargo do PNBE, responsável por boa parte do acervo existente na Escola Heitor Villa Lobos, campo empírico deste estudo.

6 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos refletir sobre a Biblioteca Escolar e questões que lhe dizem respeito. Descobrimos que apesar de seu caráter educativo e formativo, a biblioteca escolar ainda é muito pouco valorizada. Esta é uma realidade que ainda persiste, mesmo que hoje em dia tenhamos políticas que busquem a sua melhoria. Infelizmente a biblioteca escolar ainda não alcançou o espaço devido dentro do ambiente da escola, sendo assim, políticas que busquem incentivar o seu uso, encontram dificuldades para obter resultados satisfatórios.

Através do levantamento da literatura percebemos que as políticas para a área da educação e do livro sempre existiram no Brasil, porém ganharam direcionamentos diferentes conforme a ideologia de cada governo. Elas variaram de políticas de repressão e censura logo no início da história do nosso país, chegando a políticas de distribuição e difusão do livro. Mas para que os livros exerçam sua função educativa, precisam ser lidos. Política que apenas distribua livros, já demonstrou não ser suficiente para incentivarem o hábito da leitura. Neste caso o Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE) não foi uma exceção, ele é de fato uma política distributiva que para obter êxito no fomento a leitura, deve funcionar em conjunto com os planos pedagógicos da escola.

A Avaliação Diagnóstica do PNBE, feita há dez anos, mostrou um quadro pouco favorável para a Biblioteca Escolar e para o programa. As escolas visitadas foram escolhidas em todas as regiões do país e os resultados foram muito parecidos, mostrando que este problema deve ser encarado de forma mais dinâmica e enérgica. Pensar não somente na parte estrutural, mas trazer a conscientização dos benefícios da leitura e de como a biblioteca escolar pode ser de extrema importância para criar o *sujeito leitor*, tornam-se fundamentais para mudar este panorama. Programas como o PROLER que buscam o fortalecimento da leitura, mostram-se importantes aliados nesta luta, porém não encontram o amparo devido e conseguem poucos resultados.

A lei 12.244/10 - Universalização das Bibliotecas Escolares - trouxe uma esperança neste sentido, porém até agora pouco foi feito para cumprir suas metas. Ousamos dizer, que de fato, ela vem sendo ignorada, pois vemos

nascerem escolas públicas, nestes cinco anos de lei, sem contarem com um espaço para a biblioteca. Mas uma vez torna-se visível a pouca conscientização a respeito da biblioteca escolar e da lei que a contempla. De fato neste panorama atual, parece impossível que a lei consiga alcançar sua meta de universalizar a biblioteca escolar nos próximos cinco anos. O que torna a situação do PNBE ainda mais difícil, pois sem um espaço adequado, este programa perde sua essência. Um programa que tem como meta, incentivar o fomento a leitura e fortalecimento da biblioteca escolar, através da distribuição de livros, precisa no mínimo de um espaço adequado para a guarda e conservação desse material.

O campo empírico – a Escola Heitor Villa Lobos - escola pública do município de Niterói revelou um quadro interessante. A escola tem uma biblioteca, esta biblioteca tem um espaço organizado, porém não está inserida nos planos pedagógicos da escola. Seu uso é incentivado por alguns professores, porém sem um planejamento global que envolva planos, metas e ações integradas, que busquem a formação de leitores ou um projeto de incentivo a leitura. Todas as ações são pontuais e desenvolvidas pela bibliotecária, com o incentivo e participação de alguns professores.

Outro fato que nos chamou atenção foi a desinformação quanto ao PNBE, nesta escola apenas a bibliotecária conhecia o programa. Este dado foi crucial para entendermos o porquê do programa não atingir grandes resultados no fomento a leitura. O PNBE é praticamente um desconhecido nas escolas, como pode alcançar suas metas, se sua existência é ignorada?

Da mesma forma que esperamos uma ação mais direta do Estado, no que tange a educação, devemos ter consciência do nosso papel para que de fato essas mudanças aconteçam. Não podemos adquirir uma postura passiva diante dos problemas que detectamos, é dever de cada cidadão cobrar melhorias, fiscalizar as ações governamentais e exigir mudanças. A participação social é de extrema importância para transformarmos os quadros de desigualdade existentes em nosso país.

Findamos esta pesquisa com muitas questões a serem respondidas. De fato constatamos que o PNBE é mais um programa de distribuição de livros e um singelo desconhecido da maioria, como também constatou a avaliação diagnóstica. Depois de dez anos desta pesquisa, pouco mudou, o PNBE ainda

não é difundido adequadamente. Percebemos também que não basta uma biblioteca organizada se não existe um planejamento para o seu uso. Ela deve estar integrada aos programas pedagógicos da escola, para que exerça seu papel na formação de leitores e no fortalecimento do hábito da leitura.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 35-46, Jan./Fev./Mar./Abr., 2003.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential committee on information literacy**: final report. 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential> > Acesso em: 12 dez. 2012.
- ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.
- BARREIROS, Débora Raquel Alves. **O sistema de avaliação da educação básica**: vínculos entre avaliação e currículo. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- BARROS, Susane S.; JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- BIBLIOTECÁRIA. **Entrevista I**. [jun. 2015]. Entrevistador: Elaine Passos Pereira. Niterói, 2015. 1 arquivo.mp3 (60 min.)
- BRAMAN, Sandra. Information policy and the information regime: critical review of analytical frameworks and concepts. In: INFORMATION POLICY AND THE INFORMATION REGIME: CRITICAL REVIEW OF ANALYTICAL

FRAMEWORKS AND CONCEPTS, 3., 2005, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ; ICICT/Fiocruz, 2009.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Programas/PNBE. 2012. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Casa de Leitura**. 2010. Disponível em: <<https://www.bn.br/biblioteca-nacional/biblioteca/casa-leitura>>. Acesso em: 01 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Relatório 2010**: Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas Brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. Lei nº 10.753 de 30 de Outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf >. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL**. Brasília, 2006.

_____. **Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função pedagógica: o literário na escola. **Rev. ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

CAMPELLO, Bernadete et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001.

_____. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CD-ROM.

_____. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.2, p. 105-120, maio/ago. 2011.

_____. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte.

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 123-156, mai./ago., 2013.

CAMPOS, Cláudia de Arruda; BEZERRA, Maria de Lourdes Leandro.

Bibliotecas escolares: um espaço estratégico. In: GARCIA, Edson Gabriel (Coord.). Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento. São Paulo: Loyola, 1989. P. 77-96.

CARVALHO, Valdirene Rodrigues De. **A leitura e a biblioteca escolar:** o caso da rede estadual de São Paulo. Campinas. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, 3., 2015, Niterói.

Documento base, 2015. Disponível em:

<<http://www.educacaoniteroi.com.br/category/menu-principal/plano-municipal-de-educacao/>>. Acesso em: 18 maio 2015.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. bibliotecário escolar: um educador?. **Rev. ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SOUZA, Marinilva Rodrigues de. Parceria entre bibliotecário e educador: uma importante estratégia para o futuro da biblioteca escolar. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/320.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

COUTINHO, Kátia Soares; XERXENESKY, Filipe. Biblioteca escolar no século XXI. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva et al. **Biblioteca Escolar:** Presente! Porto Alegre: Editora Evanagraf / CRB-10, 2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Cidadania cultural: um conceito em construção. In: CALABRE, Lia. **Políticas Culturais:** diálogos e tendências. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2010.

DYE, T.R. **Policy Analysis:** what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1984.

ENJIU, Andrea Jully. **Biblioteca escolar com o espaço de letramento.** 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti Do Paraná, Paraná, 2012.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane L. da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. BIBLIOTEC II: o bibliotecário como mediador propiciando a inclusão informacional, social, educacional e digital através da EAD. In: **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.16, n.2, p.127-141, jul./dez. 2006.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Rev. ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, Cassia Cordeiro. A biblioteca escolar na formação de comunidades de leitores-autores via web. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 20, n.1, p. 13-23, jan./abr. 2010.

GONÇALVES, Renata Braz. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). **Biblos**, Rio Grande, n, 20: 245-256, 2006.

GUIMARÃES, Janaína. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura**: de museu de livros a espaço de saber e leitura. 2010, 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan/abr. 2009.

KIESER, Herta; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Biblioteca escolar: espaço de interação entre bibliotecário, professor, aluno, informação – um relato. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E EDUCAÇÃO. 19. , Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Rio-grandense de Bibliotecários, 2000.

LASSWELL, H. D. **Politics**: who gets what, when, how. Cleveland, EUA: Meridian Books, 1958.

LEITE, Suellen Moura. Lei 12.244/10: uma esperança para as bibliotecas brasileiras. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. 25, Florianópolis, SC. **Anais...** 2013.

LOURENÇO FILHO, M. B. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MANDELLI, Mariana. Para cumprir lei, Brasil precisa construir 39 bibliotecas escolares por dia. **Todos Pela Educação**, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/25630/para-cumprir-lei-brasil-precisa-construir-39-bibliotecas-escolares-por-dia>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MAROTO, Lucia Helena. Biblioteca escolar, eis a questão!: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MATTOS, Saulo Murilo de Oliveira. A legitimação institucional do Ministério Público para provocar a efetivação da Lei n. 12.244/2010 (universalização das bibliotecas escolares). **JusBrasil-Artigos**, jun. 2015. Disponível em: <<http://oliveiramattos.jusbrasil.com.br/artigos/196508872/a-legitimacao-institucional-do-ministerio-publico-para-provocar-a-efetivacao-da-lei-n-12244-2010-universalizacao-das-bibliotecas-escolares>>. Acesso em: 19 maio 2015.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, nº 5, 1-4, 1995.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2006. 9. ed. Rev.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. PROLER: **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. 2010. Disponível em: <<http://proler.bn.br/>>. Acesso em 18 maio 2015

MORO, Eliane Lourdes da Silva et al. Biblioteca Escolar: Presente! Porto Alegre: Editora Evanagraf / CRB-10, 2011.

NEGRÃO, May Brooking. Da encyclopédia ao banco de dados; a biblioteca escolar e a educação para a informação. Caderno do CED, Florianópolis, v.4, n.10, 1987.

NEVES, Nathalie Vieira; RAMOS, Flávia Brocchetto. O espaço da Biblioteca Escolar: análise das condições de mediação de leitura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO. 5., Caxias do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

NEY, Antonio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; França, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers De. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2011.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasílica dos rejeitados**. 270 f. Tese (Doutorado em Literatura: literaturas de língua portuguesa)- Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [1997?].

PAIVA, Aparecida. Selecionar é preciso, avaliar é fundamental: acervos de literatura para jovens leitores. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 301-307, set./dez. 2012.

PAIVA, Marília de Abreu de. **Bibliotecas Públicas: políticas do estado brasileiro de 1999 à 2006**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.

PAULILO, André Luiz. As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

PEREIRA, Camila. **103 milhões de livros didáticos**. Revista veja. São Paulo, p. 12, 18 mar. 2009.

QUINHÕES, Maura Esandola Tavares. Biblioteca escolar: sua importância e seu espaço no sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 178-182.

ROSA. Flávia Goullart Motta Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia**, Nova série, São Paulo, v.6, n. 1, p. 50-61, jan/jun 2010.

SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI. História de Niterói. **Cultura, Fundação de Artes de Niterói**, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=430>>. Acesso em 19 maio 2015.

SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI. Ilha da Conceição. **Cultura, Fundação de Artes de Niterói**, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=317>>. Acesso em 19 maio 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI. Edital de chamamento público n° 001/2015. **III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI**. 2015. Disponível em: <http://www.sineperj.org.br/admin/upload/noticia_has_arquivo/ChamamentoPublicoIIIConferenciaMunicipaldeEducaoPUBLICADOEM29-04.pdf>. Acesso em 01 out. 2015.

SERAFIM, Milena Pavan. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, V.3, n.1, p.121-134, jan/jun 2012.

SILVA, Marta Benjamim; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; NOGUEIRA, Carine Rodrigues. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. **PontodeAcesso**, Salvador, V.6, n.3 ,p. 20-46, abr. 2012.

SILVA, Mônica do Amparo. Biblioteca escolar e educação. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Marileide Alves Rocha. **A literatura na escola: prazer na formação do gosto experiência em leitura com alunos do ensino fundamental**. Brasília, DF: ABDF, 2009. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2009.

SOUZA, Rodrigo Silva Caxias de; RODRIGUES, Elisângela da Silva. Biblioteca e educação: conjecturas sobre a cultura da virtualidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 369-379, jul./dez. 2005.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; SILVA, Tiago José; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Biblioteca escolar: instrumento para a formação de leitores críticos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 639-657, jan./jun., 2013.

TEIXEIRA, Anísio. Administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.25, n.63, 1956. p.3-23

WEIERS, Daniela Piergili. **Políticas públicas de fomento à leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais**. 2011, 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Revista Trans-in-formação** 2(1): 15 - 24, jan/abr.1990.

YUNES, Eliana. Políticas públicas de leitura - modos de fazer. In: RÖSING, Tania M.K.; RETTENMEIER, Miguel (Org.). **Questões de leitura**. Passo Fundo: UFP, 2003. p. 15-20.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. **Práticas de leitura na escola**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas. 245 f.

APÊNDICE – Roteiro da entrevista feita na Escola Estadual Heitor Villa Lobos

Esta entrevista visa identificar as contribuições do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para o fortalecimento da Biblioteca Escolar e a formação de leitores nas escolas da rede pública de ensino do município de Niterói. O levantamento de dados faz parte da pesquisa acadêmica de Elaine Passos Pereira, sob o título: Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNBE nas bibliotecas escolares do município de Niterói, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Alves Breglia.

OBSERVAÇÃO: Os dados não serão individualizados e os respondentes não serão identificados.

1 A escola existe há quantos anos?

2 Quantos alunos estão matriculados?

3 Vocês têm biblioteca?

4 Por que sala de leitura?

5 Qual a diferença entre biblioteca e sala de leitura?

6 Como é feito o contato do aluno com o livro? Como é o acesso à sala de leitura?

7 Existe um projeto de incentivo à leitura e formação de leitores?

8 O que você conhece do Programa Nacional de Biblioteca na Escola(PNBE)?

9 A escola recebeu algum documento em que conste as metas e propostas do PNBE?

10 A escola tem recebido os livros do PNBE? Quando foi o último recebimento?

11 Como foram utilizados e armazenados os livros?

12 Qual seu posicionamento em relação à função educativa da Biblioteca Escolar?